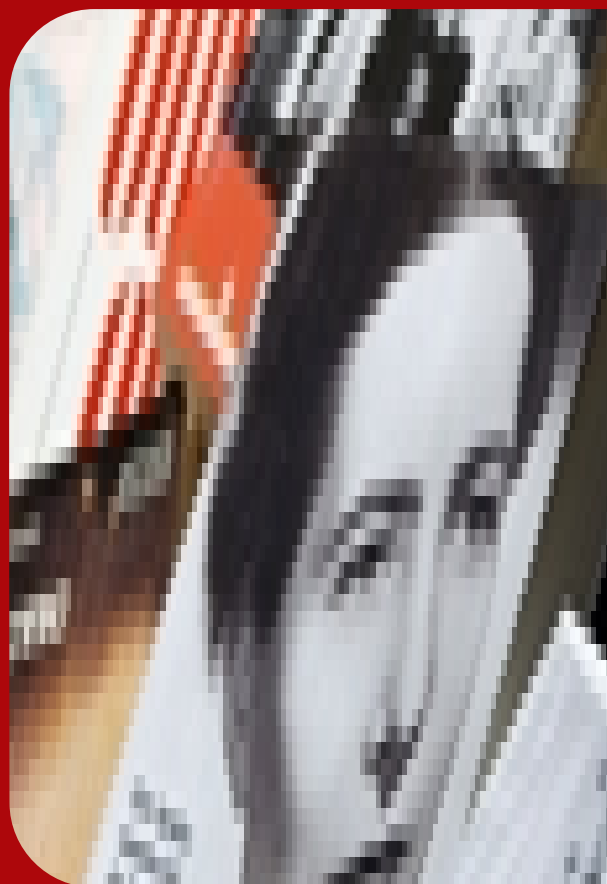


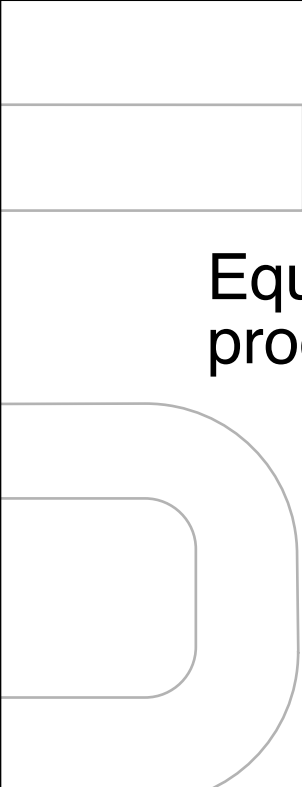
Sistema Integrado de Informação e Conhecimento

Relatório

Tráfico de Seres Humanos

Setembro de 2010





Equipa de investigação da FCSH-UNL que produziu o presente relatório

Manuel Lisboa (coordenação geral)

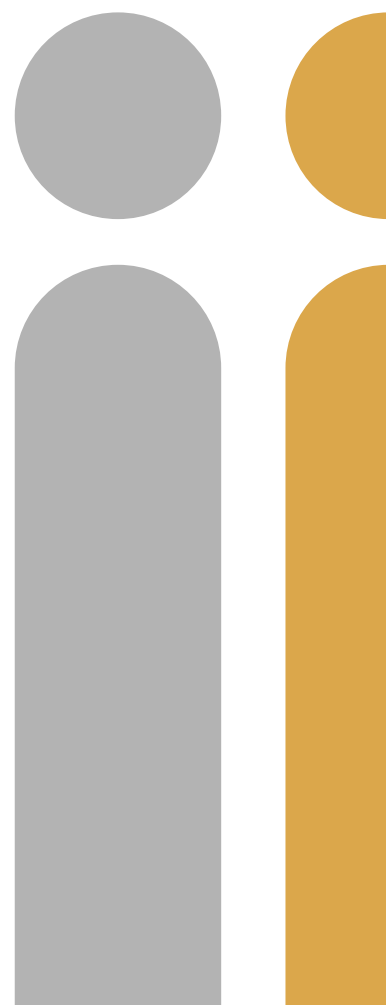
Manuel Carlos Silva (coordenação científica)

Fernando Bessa Ribeiro

Rafaela Granja

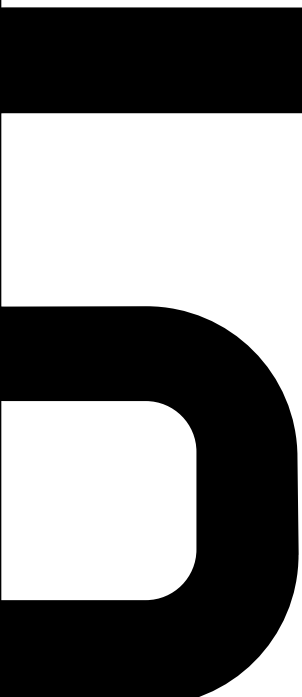
Maria do Rosário Rosa

Ana Lúcia Teixeira Dias



Índice

Introdução	4
1. Tráfico e circulação de mulheres: breve panorama global, na Europa e em Portugal	6
2. Bibliografia	37
2.1 Livros e artigos	38
2.2 Documentos em suporte electrónico	51
2.3 Relatórios e outros documentos	53
2.4 Legislação	55
2.5 Bibliografia complementar	56
Lista de siglas	72



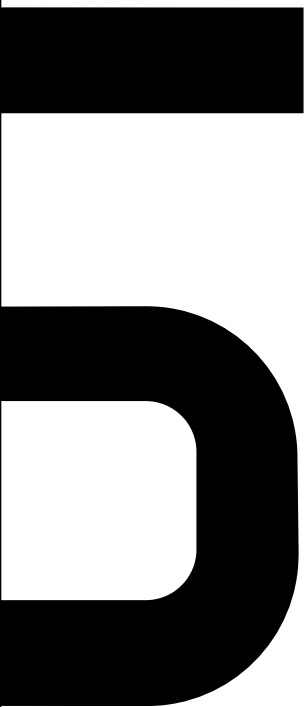
Introdução

O 3º Relatório do Sistema Integrado de Informação e Conhecimento (SIIC) é dedicado ao tema do Tráfico de Seres Humanos, no cumprimento do projecto promovido pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Atendendo ao facto de haver em Portugal um Observatório de Tráfico de Seres Humanos e de anteriormente a CIG ter efectuado um estudo sobre a mesma temática, optou-se por destacar neste relatório informação adicional entretanto surgida.

Nesse sentido, foi utilizada parte do trabalho de um estudo mais amplo, efectuado por uma equipa coordenada cientificamente pelo Professor Doutor Manuel Carlos Silva da Universidade do Minho.

Segue-se uma metodologia semelhante à já utilizada em relatórios anteriores. Nomeadamente, tendo em consideração o estado da arte em relação ao tema abordado, tendo em consideração sobretudo as fontes secundárias, recolha, tratamento e análise de dados de fontes primárias actuais e a apresentação da bibliografia mais significativa para cada área (monografias, artigos, teses de doutoramento, teses de mestrado, sítios da internet e outras fontes relevantes).



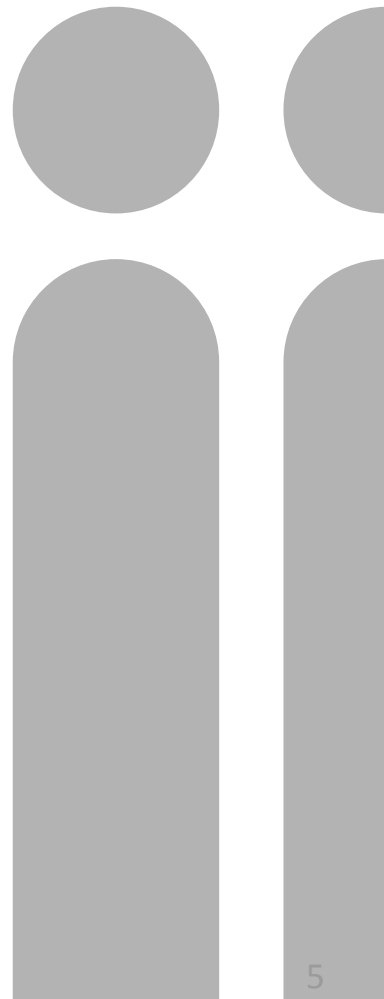
Como já foi referido em relatórios anteriores, apesar da responsabilidade da alimentação do SIIC e organização dos Relatórios caber à equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, outras universidades podem ser chamadas a dar o seu contributo, sempre que aí tenham sido desenvolvidos trabalhos de relevância científica para as áreas do SIIC.

O Professor Doutor Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, Consultor do SIIC desde o primeiro momento, dá a este Relatório uma contribuição fundamental. A esse propósito, e na qualidade de coordenador do projecto e organizador deste Relatório, não posso deixar de lhe manifestar a minha gratidão, extensivo à sua equipa, cujo texto seleccionado, do mais amplo trabalho produzido, se reproduz aqui na íntegra.

Gostaria também de endereçar os meus agradecimentos à Sra. Secretária de Estado da Igualdade, Dra. Elza Pais, que sempre acarinhou este projecto e à Direcção da CIG.

Para finalizar, uma palavra de reconhecimento pelo empenhamento e rigor científico da equipa de investigação da Universidade Nova.

O Coordenador do Projecto e Organizador do presente Relatório
Manuel Lisboa



1. Tráfico e circulação de mulheres: breve panorama global, na Europa e em Portugal

A investigação do tráfico de mulheres, relacionada com a prostituição feminina enfrenta complexos desafios metodológicos por constituir uma actividade clandestina e de difícil acesso, tal como o confirmam Santos *et al.* (2007). Os dados oficiais, pela sua fragilidade e incerteza, não permitem uma leitura fidedigna da realidade, mais ainda quando conceptualmente e no terreno se confundem amiúde situações de prostituição e tráfico.

Para analisar o tráfico de seres humanos no mundo e caracterizando-o enquanto violação dos direitos dos indivíduos deve ter-se em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem e Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Mas também devem ter-se em conta convenções, estratégias de combate e recomendações que a ONU tem, desde 1904, vindo a formular em relação ao tráfico humano. O primeiro documento que adquire contornos mais significativos foi a *Convenção Internacional Sobre a Supressão de Tráfico de Pessoas e da Exploração de Outrem* (aprovada em 1949 e concluída em 1950).

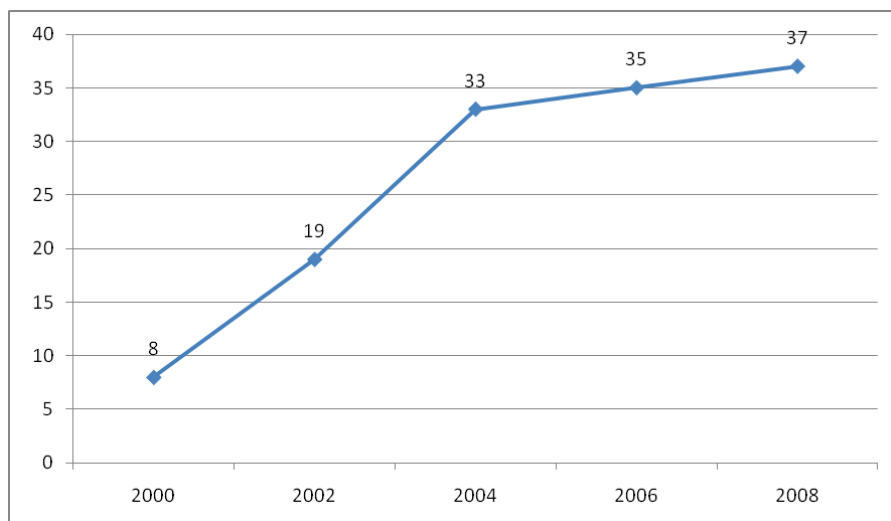
Todavia o mais importante instrumento da ONU surge em 2000, intitulado de Protocolo de Palermo e que constitui o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional* (PACNUCOT) *Relativo à Prevenção, à Repressão e à*

Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças. Do Conselho da Europa, surgem recomendações para a uniformização de instrumentos de combate ao tráfico, adoptando a definição proposta no Protocolo de Palermo em 2005, na sua Convenção sobre Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos. Já na União Europeia, em 1996, dá-se a primeira comunicação ao conselho e ao Parlamento Europeu sobre tráfico de mulheres para fins de exploração sexual que dá origem à criação e implementação de diversos instrumentos úteis ao combate (Santos *et al*, 2007).

Para além destas, outras organizações têm vindo a preocupar-se com o tráfico humano. A Organização Internacional do Trabalho é uma delas, como demonstram algumas das suas convenções, nomeadamente: Convenção n.º 29, do ano de 1930, que é relativa ao trabalho forçado, Convenção n.º 105, de 1957, que diz respeito à abolição do trabalho forçado e a convenção n.º 143 que aborda migrações em condições abusivas, equidade de direitos, oportunidades e tratamento de trabalhadores migrantes, data de 1975. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa também elabora o plano de acção para combater o tráfico de seres humanos (2003), assegurando auxílio e os meios necessários a todos os Estados-Membros para que cumpram os princípios estabelecidos no combate ao tráfico (Santos *et al*, 2007).

O Protocolo Adicional da ONU, referente à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, resultou numa maior visibilidade da problemática do tráfico humano. Vários países que até à data não possuíam legislação específica para tráfico de seres humanos introduziram-no como um crime particular nos seus códigos penais. Por se ter verificado um aumento do número de países que introduziu este crime nos seus códigos penais também se registaram mais condenações, um aumento de 30% entre 2003/2004 e 2006/2007. Entre os vários Estados-Membros os países com mais condenações e que registam maiores aumentos são a Roménia e Bulgária. Na Bulgária as condenações sobem de 3, em 2004, para 85 em 2007, e na Roménia a diferença entre 2003 e 2007 é de 49 para 188 condenações, respectivamente (UNODC, 2009c).

Gráfico 1 N° de países europeus com o crime específico de tráfico humano previsto na legislação entre 2000 e 2008 (N)

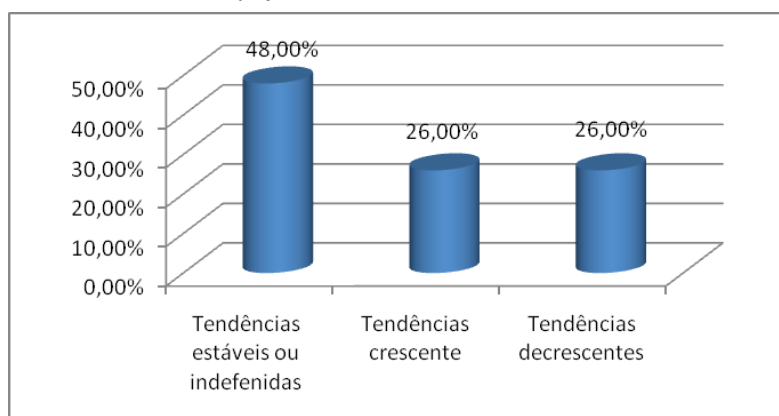


Fonte: UNODC (2009c)

Tal como se pode ler, verifica-se entre 2000 e 2008 um notável aumento de países que passaram a prever na sua legislação o crime por tráfico de seres humanos, podendo ser este aumento uma nota positiva de registo, mas podendo considerar-se sintomático apenas a partir de 2000 ter-se registado a previsão legal deste tipo de crime. Seria, porém, interessante questionar e investigar por que motivos e razões se deu este *boom* legislativo a este respeito. Com efeito, é provável que subjacente à alegada questão do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual se escondam, sob retórica do tráfico e consequente discurso anti-prostituição, outros objectivos que se prendem com a travagem das migrações clandestinas de países terceiros da União Europeia justamente a partir do Acordo de Schengen¹, tal como o referem Augustin (2000, 2004), Fernandez (2001), Kempadoo (2005), Handman e Mossuz-Lavau (2005), Ribeiro *et al* (2007), Oliveira (2008), legitimando assim acções de perseguição e expulsão de imigrantes irregulares, 'ilegais'.

Focalizando-nos nas tendências de investigações de crimes sobre tráfico de seres humanos, os dados pela UNODC em 2009 dão conta da seguinte distribuição em termos de crescimento ou decréscimo:

Gráfico 2 Tendências das investigações sobre tráfico de seres humanos nos países europeus entre 2003 e 2007 (%)



Fonte: UNODC (2009c)

As tendências crescentes, que representam cerca de 26% dos países Europeus, são, na sua maioria relativas aos países do Sudeste Europeu, com a excepção de Montenegro, registando aumentos nas investigações ocorridas entre 2003 e 2007; por outro lado, os países da Europa Central mostram tendências decrescentes do número de pessoas investigadas ou processadas. Relativamente à Europa Ocidental, enquanto países como Bélgica, Holanda, Alemanha, Grécia e Itália registaram uma tendência decrescente do número de processos penais nos últimos cinco anos, a Dinamarca, a França e o Reino Unido apresentaram tendências de crescimento (UNODC, 2009c).

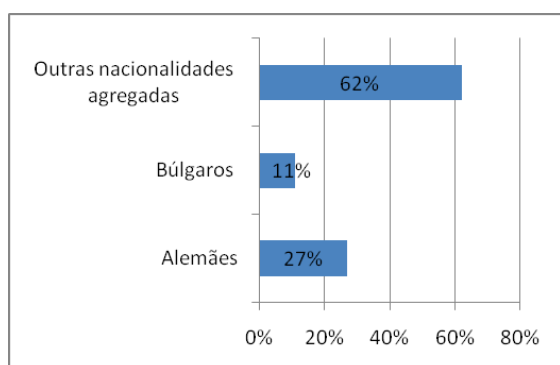
Os dados europeus revelam que o tráfico de seres humanos a nível nacional é um importante componente deste crime nas sociedades contemporâneas, extrapolando a tradicional perspectiva relacionada com a migração. O tráfico interno foi detectado em pelo menos 11 dos 38 países europeus considerados no estudo da UNODC. A Holanda apresenta

¹ Assinado entre a Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo, e os Países Baixos em 14 de Junho de 1985, e por Portugal e Espanha em 1991 (http://europa.eu/scadplus/glossary/schengen_agreement_pt.htm).

maiores números de vítimas nacionais do que estrangeiras e na Alemanha, no ano de 2007, entre 689 vítimas 184 são alemãs (UNODC, 2009c). Relativamente aos dados sobre a Holanda e a Alemanha – dois países que legalizaram a prostituição – importa fazer duas observações: (i) primeiramente, falta saber qual a instância de investigação e os critérios utilizados para caracterizar tais processos como tráfico de seres humanos, designadamente no que concerne o tráfico sexual de mulheres e, consequentemente saber se se trata de casos de tráfico ou se de simples casos de prostituição; (ii) em segundo lugar, tratando-se de países onde a prostituição está legalizada, a investigação sobre os efectivos casos de tráfico torna-se mais eficaz na acção de investigação e criminalização do tráfico de seres humanos.

Na base e na sequência da investigação e detecção dos crimes de tráfico de seres humanos compreende-se ser justamente na Alemanha e na Holanda onde se verificam, em termos percentuais, um maior nível de vítimas:

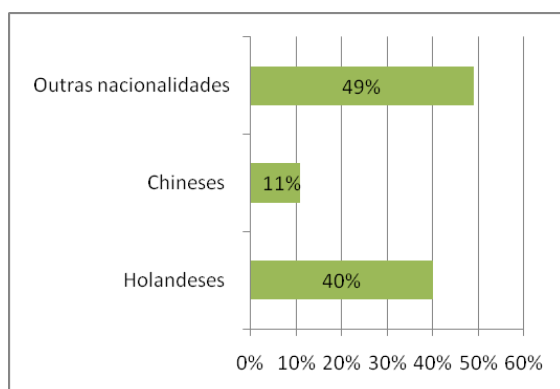
Gráfico 3 Distribuição entre vítimas de tráfico humano estrangeiras e nacionais, Alemanha (2007) (%)



Fonte: UNODC (2009c)

Tal como se pode ver no gráfico, ressaltam entre vítimas de tráfico pessoas de nacionalidade alemã (27%) seguida de outras provenientes da Bulgária (11%), não se sabendo a distribuição entre as outras nacionalidades. Uma relação e distribuição semelhante ocorre na Holanda, outro país onde a prostituição está legalizada:

Gráfico 4 Distribuição entre vítimas de tráfico humano estrangeiras e nacionais, Holanda (2007) (%)



Fonte: UNODC (2009c)

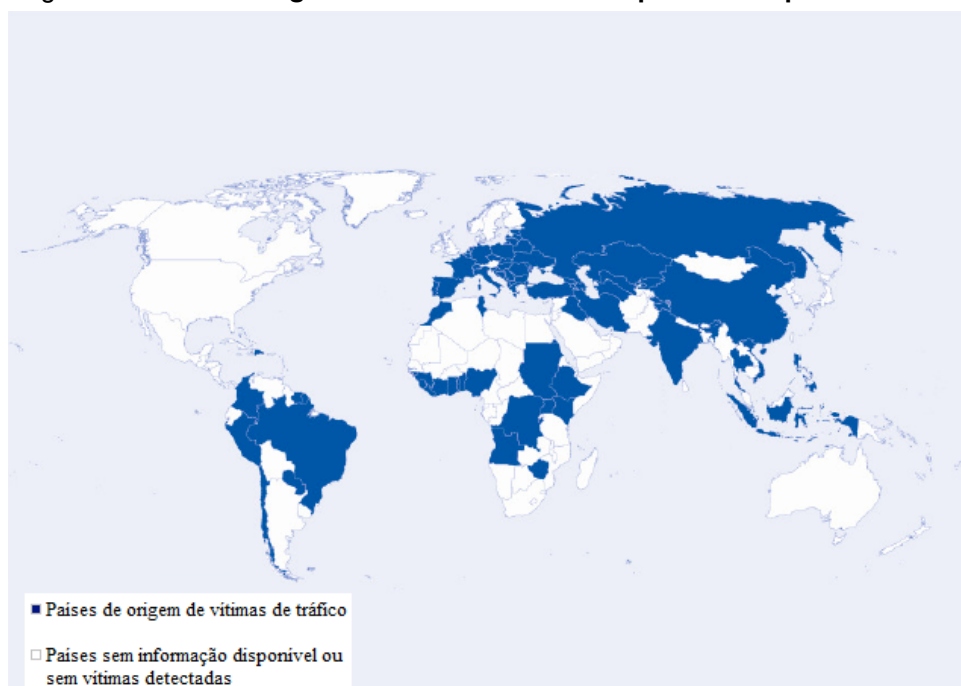
Também ou com maior destaque no caso da Holanda, 40% das vítimas de tráfico são holandesas, seguidas de chineses (11%).

A apresentação destes dados destacando os casos de Alemanha e Holanda não é inocente e é sintomático da tendência dominante entre os mentores dos relatórios das Nações Unidas, cuja mensagem é clara: a Alemanha e a Holanda, ao legalizarem a prostituição, apresentam, em termos relativos, um maior número de casos de tráfico de seres humanos, designadamente de mulheres para fins de exploração sexual.

A Europa Central e os países da Europa do Sudeste são os principais locais de origem das vítimas de tráfico de seres humanos, vítimas estas destinadas principalmente à exploração europeia pois as vítimas europeias raramente são detectadas noutras regiões do mundo. A Polónia e a República Checa compreendem cerca de 200 a 300 vítimas detectadas entre 2005 e 2007; todavia são a Bulgária e a Roménia que, no mesmo período, representam, no contexto Europeu, os países mais proeminentes a nível de tráfico de seres humanos, são locais de origem de alta intensidade de tráfico, encontrando-se as vítimas romenas e búlgaras em vários países europeus. Segundo a UNODC (2009c), entre 2005 e 2007 mais de 2.000 vítimas romenas foram registadas em 21 países europeus e, no mesmo período, cerca de 600 vítimas búlgaras foram detectadas em 17 países europeus.

Apesar de as vítimas europeias existirem em maior número na Europa, estas representam apenas uma fracção do número total em situação de tráfico, uma vez que este continente possui vítimas com as origens mais variadas. Durante o período de 2005-2007, um número considerável de vítimas da Ásia Oriental (em particular chineses, mas também filipinos, tailandeses e vietnamitas) foram detectados na Europa. Algumas vítimas também provêm do Oeste Africano, da América do Sul e do Norte Africano (UNODC, 2009c).

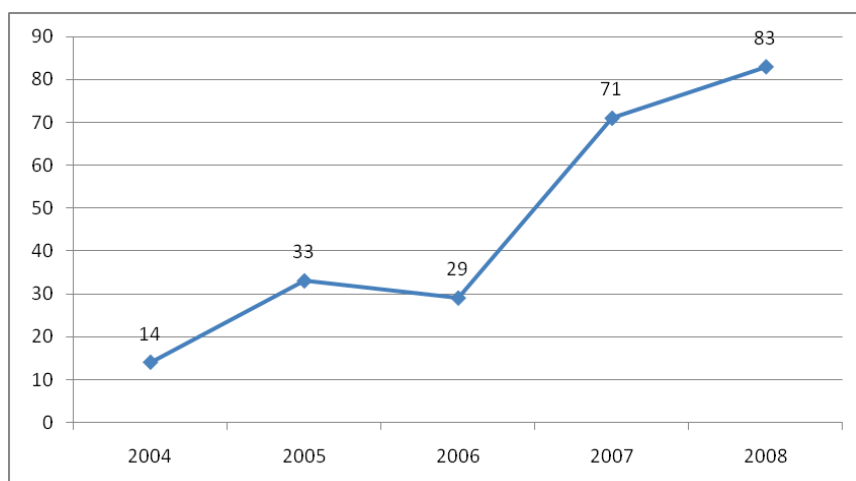
Figura 1 Países de origem das vítimas traficadas para a Europa



Fonte: UNODC (2009c)

Entre 2004 e 2008 a Eurojust detectou cerca de 230 casos de tráfico humano, sendo 6,95% correspondentes a 2008, na sua maioria para fins de exploração sexual. Exceptuando o ano de 2006, verifica-se uma tendência crescente do número de situações de tráfico humano registadas pela Eurojust, mais acentuada a partir do ano de 2007, com um aumento de cerca de 40 casos.

Gráfico 5 Número de casos de tráfico de seres humanos registados pela Eurojust entre 2004 e 2008 (N)



Fonte: Eurojust (2009)

Indo de encontro aos dados do Departamento das Nações Unidas Contra o Crime e Droga (UNODC, 2009c), a Roménia, Bulgária e República Checa representam os países que mais frequentemente requerem a intervenção da *Eurojust*. A Roménia é o país com maior número de solicitações, estável entre 2007 e 2008 (17 casos por ano); a Bulgária sofreu um aumento substancial no mesmo período, visto que em 2007 regista-se 1 pedido que aumentou para 12 em 2008. Todavia, são para Itália e Espanha que as autoridades dos outros Estados Membros mais solicitam a intervenção da Eurojust: por ano Itália é alvo de 14 pedidos, número mantido constante entre 2007 e 2008 e em Espanha em 2007 registam-se 7 pedidos e 14 em 2008 (Eurojust, 2009).

Portugal, nas últimas décadas, seguindo recomendações europeias, atribuiu ênfase ao tema do tráfico humano na sua agenda política, considerando-o um problema social que necessita de rápida intervenção. Em 1982 o Código Penal Português (aprovado pelo DL 400/82, 23 de Setembro), visando a protecção não só da vítima de tráfico mas da sociedade em geral e dos seus valores éticos e normas dominantes, previa uma pena de privação e liberdade entre os 2 a 8 anos e multas a quem praticasse tráfico de seres humanos, a nível transnacional, excluindo a possibilidade de acontecer nacionalmente. Este tipo de infracção era criminalizada, mesmo que a vítima desse o seu consentimento para ingressar em actividades e comportamentos “contrários ao pudor ou à moralidade sexual” (Santos *et al.*, 2007: 49) porque teria sido vítima de aliciamento. A pena também poderia englobar proibição de exercer poder paternal ou actividades de tutela, tal como administração de bens. O tráfico a nível nacional era abordado no mesmo Código Penal como crime de lenocínio, sendo a actividade prostitucional por si só descriminalizada na nova lei penal (Santos *et al.* 2007).

Em 1995 dá-se em Portugal uma nova reforma do Código Penal e o crime de tráfico humano passa a ser considerado um crime contra as pessoas, de carácter unicamente pessoal,

deixando de ser considerado um crime contra os valores da vida social. Entre as várias infracções reconhecidas pelo Estado o tráfico é englobado nos crimes contra a liberdade e auto-determinação sexual. Esta mudança também se deve à importância que a defesa dos direitos humanos assume nas sociedades, sobretudo a dignidade humana. O traficante, que deve ser identificado e encontrado em território nacional, é, segundo a nova reforma, punido com pena de prisão entre 2 a 8 anos, por usar de violência, ameaças ou fraudes de forma a potenciar a exploração sexual no estrangeiro de alguém em situação de abandono ou necessidade. O agravamento da pena deixa de ser dependente da intenção, ou não, de beneficiar do lucro económico da situação ou de a actividade representar a ocupação profissional do traficante e passa a ser dependente de relações de dependência entre o traficante e a vítima (Santos *et al.* 2007).

Na mesma revisão do Código Penal a criminalização do lenocínio parte do pressuposto de o agente pretender obter lucro da actividade de prostituição, ou esta representar a sua actividade profissional, para isso fomentando-a e explorando situações precárias da vítima, a nível económico ou psíquico. Quando são utilizados meios de violência ou ameaças pelo agente, prevê-se o agravamento da pena (Santos *et al.* 2007).

Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas na qual surge o *Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças*, ou Protocolo de Palermo, a Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 aprova nesse sentido a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional e o respectivo Protocolo Adicional, sendo esta resolução ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004 de 2 de Abril. A partir desta resolução e seguindo as recomendações internacionais são tomadas mais medidas sobre o tráfico de seres humanos. A crescente visibilidade que o tema adquire na agenda social conduz igualmente a uma nova reformulação do Código Penal, entre 1998 e 2001, introduzindo várias modificações a este propósito. O crime de tráfico passa a prever situações de abuso de autoridade face a relações hierárquicas, económicas ou laborais e aproveitamento de qualquer fragilidade da vítima para a aliciar ou coagir, não tendo a vítima qualquer outra opção aceitável. O ano de 2007 dá lugar a uma nova revisão do Código Penal, na qual o crime de tráfico humano é perspectivado como criminalidade altamente organizada e onde é possível que pessoas colectivas sejam culpabilizadas por cometerem o crime, não deixando de responsabilizar as pessoas singulares; o tráfico humano passa a ser constituído crime mesmo ocorrendo dentro do país, deixando de ser um crime que pressupõe deslocações internacionais de vítimas e deixa de ser unicamente referente ao objectivo de exploração sexual, englobando também objectivos de exploração laboral ou extracção de órgãos (Lei n.º 59/2007, 4 de Setembro, Artigo 160).

Assim, o agente responsável por tráfico humano é, segundo a legislação portuguesa, punido com pena de prisão que poderá ser compreendida entre 3 a 10 anos por “oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de obras” (Lei n.º 59/2007, 4 de Setembro, Artigo 160.º) utilizando para isso meios de violência, ameaças, rapto, esquemas fraudulentos, ou abuso de autoridade. Se a actividade for exercida profissionalmente ou com fins lucrativos, a pena de prisão poderá ser compreendida entre 3 a 12 anos. Também o aproveitamento da “relação de

dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar” sobre a vítima é prevista, tal como tirar proveito de alguma fragilidade da vítima como “incapacidade física ou situação de especial vulnerabilidade” (Lei n.º 59/2007, 4 de Setembro, Artigo 160.º). Nesta Lei em que se fez a revisão do Código Penal, alargou-se a aplicação do âmbito do crime de tráfico.

Para além do agressor ou agente envolvido numa das etapas do tráfico previstas na definição do crime, a reformulação da lei também prevê a responsabilidade de outros actores, nomeadamente (i) alguém que, com conhecimento da situação de tráfico, utilize dos serviços ou órgãos da vítima, sendo-lhes atribuído uma pena que poderá ser compreendida entre 1 a 5 anos; (ii) alguém que retenha, oculte ou destrua os documentos da vítima, sendo atribuída uma pena de prisão até 3 anos a estes indivíduos. Em 2006 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006 aprova o Plano Nacional para a Acção e Inclusão, que prevê a Implementação de um sistema de monitorização sobre Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual.

Esta recente atenção dada à problemática explica o motivo pelo qual até à criação do Observatório de Tráfico de Seres Humanos os dados recolhidos sobre a problemática careciam de uniformização e impossibilitavam a comparação entre as várias instituições que os produziam, de acordo com metodologias próprias. Em 2007 a Lei n.º 51/2007 de 31 de Agosto define o Tráfico de Seres Humanos como um crime de investigação prioritária e a lei n.º 59/2007 de 4 Setembro define-o como um crime contra a liberdade pessoal que contempla diversas etapas: recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas. Para além dos instrumentos já existentes que visavam a protecção de mulheres vítimas de violência (Lei n.º 61/91, de 13 Agosto) e a protecção da identidade de testemunhas dos crimes de tráfico (Lei n.º 93/99, de 14 de Julho), no ano de 2007 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 engloba objectivos como o reforço na protecção legal e apoio jurídico às vítimas de tráfico, incluindo as crianças; a criação de um centro de acolhimento para vítimas de tráfico; a criação de um OTSH e o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no combate ao crime de tráfico humano.

A Lei 23/2007 de 4 de Julho de 2007 estabelece orientações a serem cumpridas na protecção às vítimas de tráfico, nomeadamente a criação de um regime especial de autorização de residência específicos para estes casos, e a possibilidade de usufruir de um período de reflexão. Este período, compreendido entre 30 a 60 dias (artigo 111º), visa auxiliar a vítima a tomar uma decisão informada e esclarecida sobre a possível colaboração com a justiça, fora da influência das redes de tráfico.

Durante este período não podem ser emitidas ordens de expulsão de território nacional e devem ser garantidos determinados direitos tais como assistência médica, jurídica, psicológica e social, assim como alojamento, medidas de segurança e protecção e assistência à tradução e interpretação, respondendo às necessidades imediatas da vítima (artigo 112º). Deste modo as vítimas têm oportunidade de recuperar física e emocionalmente e as que se encontram em situação irregular poderão ter o tempo necessário para decidir colaborar com a justiça, uma vez que fica vedado às autoridades emitirem uma ordem de imediata expulsão do território nacional. O DL n.º 368/2007 de 5 de Novembro tem em conta as vítimas sinalizadas (pessoas sobre as quais existem fortes indícios de estarem numa

situação de traficadas), assegurando-lhes medidas semelhantes às que as vítimas confirmadas têm direito.

Portugal tem actualmente em vigor o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007, 22 Junho) ramificado em quatro grandes áreas estratégicas, integrando cada área um pacote diversificado de medidas a implementar: 1) conhecer e disseminar informação; 2) prevenir, sensibilizar e formar; 3) proteger, apoiar e integrar; 4) investigar criminalmente e reprimir o tráfico. O primeiro ponto “conhecer e disseminar informação” deu origem à criação de um Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) (DL n.º 229/2008 de 27 de Novembro) que iniciou a sua actividade no primeiro trimestre de 2009.

Actualmente, em Portugal, existem dois mecanismos nacionais destinados à recolha, tratamento e análise de dados, sob responsabilidade do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (MAI - DGAI, que têm por objectivo a uniformização de informação relativa a tráfico de seres humanos): o Guia Único de Registo (GUR/OTSH), modelo utilizado pelos órgãos de polícia criminal e o Guia de

Sinalização (GS/OTSH), modelo utilizado por ONG e organizações público-privadas. Estes modelos são produtos do Projecto CAIM e colmatam, em certa medida, a dificuldade de obtenção de dados oficiais uniformes sobre o tráfico humano em Portugal.

O GUR e o GS devem ser preenchidos pelos Órgãos de Polícia Criminal e/ou entidades que integrem a rede do Modelo de Sinalização – Identificação e Integração (MSII) a que se dirige a alegada vítima e/ou denunciante. Os Órgãos de Polícia Criminal que participam neste registo são: GNR, PSP, SEF, PJ e entidades público-privadas aderentes à rede MSII.

O Observatório também trabalha em parceria com a CIG e pretende produzir informação e conhecimento sobre a problemática, difundindo e apoiando a decisão política nas áreas de intervenção, se tal for solicitado. Contudo, nenhuma desta informação exclui os instrumentos de recolha de dados internos das autoridades policiais, apenas os complementam.

As estatísticas judiciais estão a cargo da Direcção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça), sendo as fontes de dados as autoridades policiais (crimes registados) e a Procuradoria-Geral da República (processos e sentenças dos tribunais). Recentemente, algumas ONG locais/nacionais e outras entidades públicas adoptaram estes modelos, beneficiando uma recolha mais ampla.

Considerando a evolução da investigação as vítimas são classificadas de acordo com duas categorias: a vítima sinalizada, que representa uma pessoa sobre a qual existem fortes indícios de configurar uma situação de tráfico humano, ou seja, uma ocorrência que pré-configura uma situação de tráfico e a vítima confirmada, que constitui a pessoa policialmente confirmada como vítima. De acordo com os dados disponíveis no Observatório, o relatório anual de 2009 (MAI – OTSH, 2009) apresenta a caracterização de dados recolhidos sobre as vítimas – sinalizadas e confirmadas - e sobre os agressores de tráfico humano em Portugal, existindo também alguns dados, referentes a 2008, menos aprofundados, disponíveis no Relatório Anual de Segurança Interna de 2008 (MAI, 2009), e no sistema de monitorização para o tráfico de seres humanos (MAI - DGAI, 2009).

O OTSH (2010), apesar dos escassos dados que possui assinala a utilização preferencial de três rotas em actividades de tráfico humano, nomeadamente a rota africana, rota brasileira e rota intra-UE. As vítimas africanas representam sobretudo nacionalidades argelinas,

marroquinas, nigerianas e moçambicanas. Nesta rota verificam-se sobretudo viagens directas para Portugal, com alguns casos residuais a passarem por Espanha. A rota brasileira não tem entrada directa em Portugal, passando por Espanha e França previamente. Quanto à rota dentro da UE verificam-se potenciais vítimas de nacionalidade italiana, búlgara, romena e ucraniana e predominam as passagens por Espanha, sendo verificados também outros países de trânsito (OTSH 2010). Contrariamente a um grande alarido, amiúde empolado pelo Departamento das Nações Unidas contra a Droga e o Crime – que apontava em 2005 para 506 pessoas traficadas –, Santos *et al* (2007), além de, na esteira de Kelly (2005), assinalarem lacunas estatísticas e a não diferenciação de conceitos (migração, asilo, tráfico), referem que “Portugal não é um país de destino de grande intensidade [...], não sendo possível conhecer os reais números do tráfico (2007:79). Porém, segundo os dados previamente fornecidos por Santos *et al.* (2007) e até mesmo tendo em conta os dados do Departamento de Estado Norte-Americano, Portugal (2005), não sendo um país com incidência de tráfico muito alta, apresentaria uma intensidade média:

Nas rotas globais do tráfico de pessoas, Portugal encontra-se entre os países de destino da Europa Ocidental, embora a sua incidência seja média e não muito alta. Nos relatórios consultados não há registo de que Portugal seja um país de origem, embora em alguns seja mencionado como país de trânsito para países do Leste Europeu (Santos *et al.* 2007:100).

Neste sentido, os autores, ainda que com reservas sobre os números, convergem com as conclusões do relatório do Departamento de Estado Americano, quando os resultados deste Departamento exigiriam uma leitura mais crítica relativamente aos critérios de definição de tráfico sustentada por este departamento, mais ainda em face dos resultados do relatório do Departamento das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (2006) – que conclui ser Portugal um país de destino com tráfico sexual de baixa intensidade por parte de todos países (salvo o Brasil) e sobretudo em função dos próprios resultados obtidos pelas fontes nacionais. Em todo o caso, Santos *et al* (2007:100) sustentam que, embora em termos moderados, há vítimas deste crime, sobretudo de nacionalidade brasileira – onde se verifica uma intensidade média em que Portugal seria o quinto destino de mulheres traficadas –, seguindo-se as mulheres da Europa do Leste (sobretudo romenas) e mulheres africanas, com destaque para a nacionalidade nigeriana.

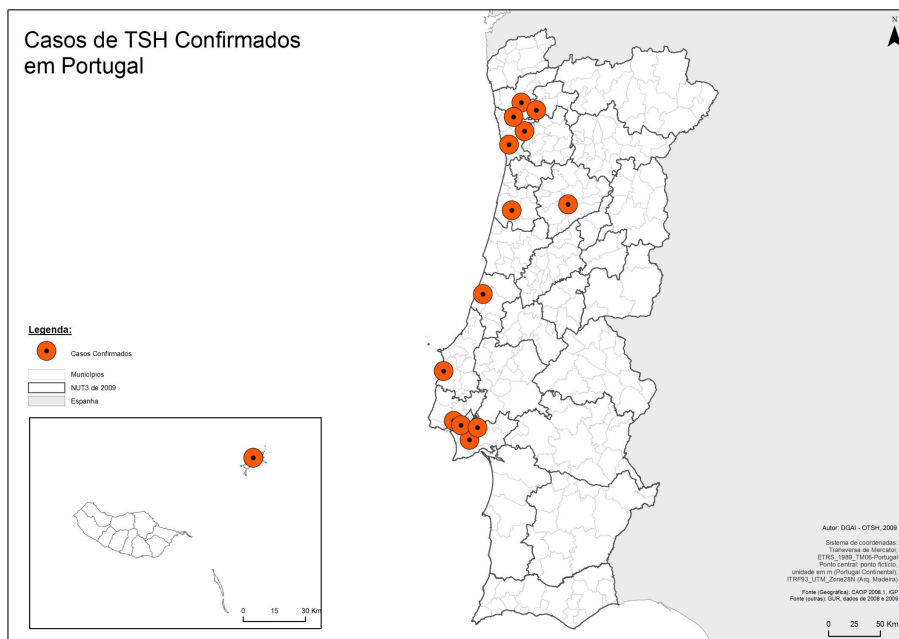
Uma dificuldade acrescida em quantificar o número aproximado de casos de tráfico reside no facto de até 2005, mais concretamente entre 1996 e 2004, as estatísticas da Direcção Geral da Polícia Judiciária (DGPJ) não discriminarem entre tráfico de pessoas e o lenocínio. Santos *et al* (2007:81 ss) referem para este período a existência de 194 processos de lenocínio e tráfico de pessoas, dos quais resultariam 92 condenações, envolvendo 143 indivíduos (109 homens e 34 mulheres), sem se poder apurar a quota parte de tráfico sexual neste subconjunto de condenações por lenocínio, por um lado, e tráfico sexual por outro. Atendendo a dados fornecidos pela PJ, mas apenas referentes aos anos 2004 e 2006, dos 236 inquéritos levados a cabo pela PJ se inferiram 85 processos de inquérito, mas destes 58 foram dados como inconclusivos e apenas 26 como finalizados. Na distribuição e selecção

dos inquéritos relativos a processos ocorridos entre 2004 e 2006 são apontados 418 intervenientes: 128 arguidos, 201 suspeitos e 89 vítimas; porém, dos 189 inquéritos subsumidos em tipos de infracções surgem 102 processos por lenocínio e 42 por tráfico de pessoas, seguido de 15 por sequestro, sendo os restantes residuais (v.g., associação criminosa, auxílio a imigração ilegal, tráfico de estupefacientes, crimes fiscais, extorsão, roubo) (Santos *et al* 2007:82 ss). Todavia, quanto a infracções associadas aos inquéritos, foram detectados pela Polícia Judiciária 13 casos de tráfico de pessoas num conjunto de 86 tipos de crimes, sobressaindo 35 infracções por lenocínio, o que mostra a inconsistência de afirmações bombásticas em torno das ‘cifras negras’ da prostituição. Apesar desta constatação, Santos *et al* (2007: 94) levantam uma de duas hipóteses em torno das ‘cifras negras’ do crime de tráfico: ou cifras são baixas, como se infere dos dados disponíveis e eles próprios reconhecem, e então deve colocar-se a hipótese de Portugal já não ser um país atractivo devido a certas transformações sociais e económicas entretanto operadas; ou as cifras são efectivamente altas e, nesse caso, há uma “persistente ocultação do fenómeno”.

Quanto à distribuição das condenações por distrito judicial, ainda segundo os mesmos autores, elas concentravam-se no Porto (38%) e em Coimbra (30%), repartindo-se as restantes por Lisboa (19,6%) e Évora (12%). Em termos de idade, a maioria situava-se entre os 21 e 50 anos com predomínio entre os 31 e 40 anos; de estado civil, 60 eram casadas, 43 solteiras e 33 divorciadas; de nacionalidade, 133 eram portuguesas e 10 estrangeiros; de habilitações, 70 apenas possuíam o ensino básico, 17 o secundário, 2 o superior, 2 analfabetas, ignorando-se a instrução dos restantes; do ponto de vista laboral, 77 estavam empregados, 25 desempregados e 7 como trabalhadores ocasionais. Por fim, é de relevar que dos 143 condenados, 104 não apresentavam quaisquer antecedentes criminais e, quanto à pena, a 78 foi-lhes aplicada a pena suspensa, a 62 prisão efectiva e a 13 pena de prisão suspensa com sujeição a certas regras de conduta (Santos *et al* 2007:82-83).

Relativamente às 104 vítimas identificadas neste mesmo período de 1996-2004 com base nas mesmas fontes, 80 eram do sexo feminino e 24 do sexo masculino, situando-se a maior parte entre os 21 e 40 anos. Entre 2004 e 2006, a Polícia Judiciária refere 89 vítimas, das quais são de destacar 41 brasileiras, 20 portuguesas e 19 romenas (cf. Santos *et al*. 2007:82, 87). Quanto às vítimas portuguesas, observam-se situações de tráfico interno sobretudo para exploração sexual e os distritos de residência das vítimas são sobretudo localizados no Norte litoral e interior, centro litoral e sul do país.

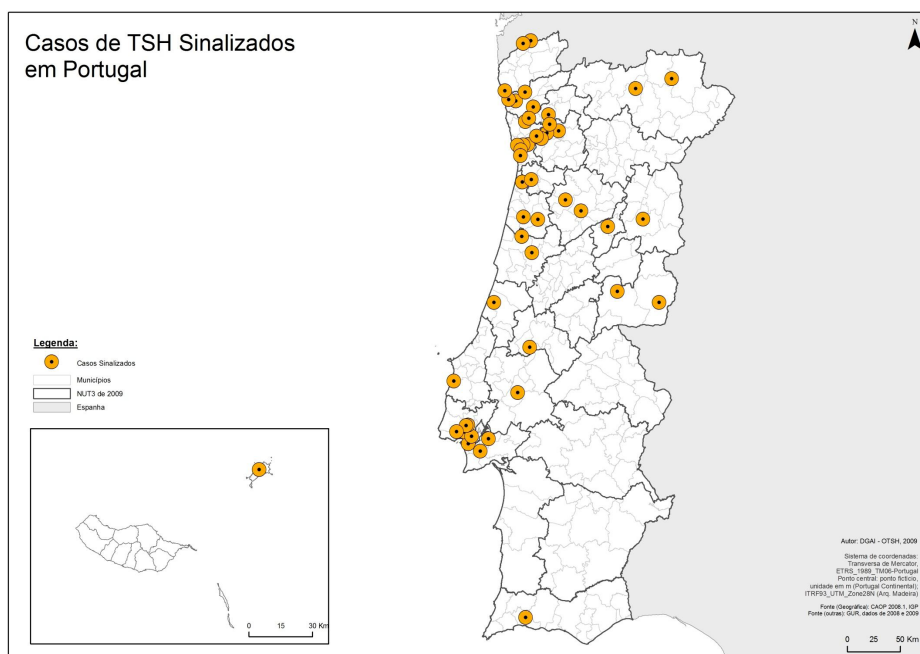
Figura 2 **Casos de tráfico de Seres Humanos Confirmados em Portugal**



Fonte: OTSH

Tal como se pode ver, a grande maioria das condenações concentra-se no norte e no centro do país, seguida da área metropolitana de Lisboa.

Figura 3 **Casos de tráfico de Seres Humanos Sinalizados em Portugal**



Fonte: OTSH

Tal como se pode ver, foram sinalizados um maior número de casos no interior norte-centro e sobretudo no litoral norte desde Viana do Castelo a Aveiro e no centro desde Leiria e sobretudo em torno da área metropolitana de Lisboa. Refira-se que a Polícia Judiciária tomou conhecimento destes casos: 50 por denúncia anónima, 30 pela vítima, vizinhos ou familiares e 48 por reencaminhamento de outra força policial nacional (37 pela PSP, 37 pela GNR, 5 pela SEF) ou estrangeira (2), não sendo feita referência em 61 casos (Santos *et al* 2007:84).

Já em 2002 Manita e Oliveira (2002) constatavam um reduzido número de vítimas de tráfico, tal como se pode ver no gráfico 6:

Gráfico 6 **Vítimas de tráfico entre a população inquirida**



Fonte: Manita e Oliveira (2002)

Segundo os dados recolhidos por Manita e Oliveira (2002) apenas 3% das mulheres se consideraram vítimas de tráfico humano.

Uma outra via para sabermos a proporção de crimes de tráfico de pessoas assinalados em 2009, poderemos servir-nos de modo complementar do registo de crimes contra pessoas e a humanidade pela Associação de Apoio às Vítimas (APAV), cuja lista nos é dado a conhecer na tabela 1:

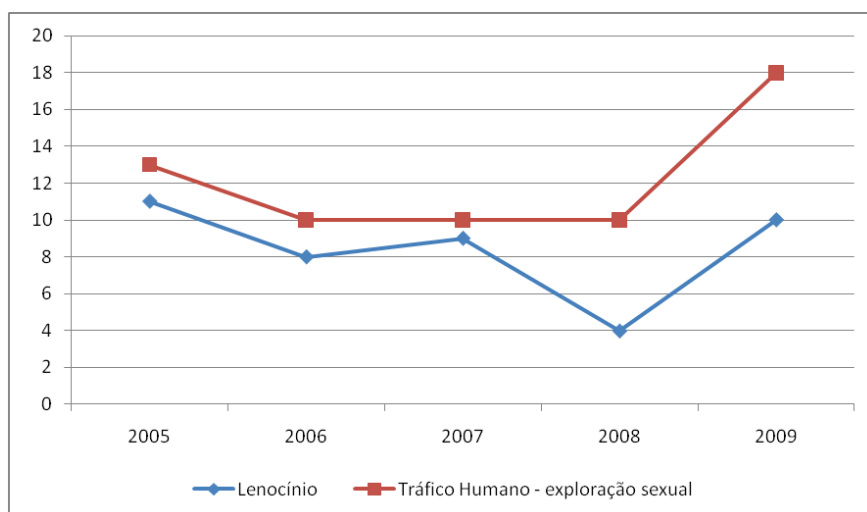
Tabela 1 **Lista de crimes contra as pessoas e a humanidade (2009)**

Crimes contras as pessoas e a humanidade	N	%
Homicídio	13	1%
Ofensas à integridade física	358	29,17%
Maus tratos e infracção de regras de segurança	44	3,59%
Rapto/sequestro	51	4,15%
Ameaças/coacção	321	26,16%
Violação	49	4%
Abuso Sexual	30	2,4%
Outros crimes sexuais	25	2%
Prostituição de menores	4	0,3%
Lenocínio	10	0,8%
Auxílio/ angariação imigração ilegal	7	0,57%
Tráfico de pessoas – exploração do trabalho	6	0,48%
Tráfico de pessoas – exploração sexual	8	0,65%
Comercialização de pessoas/escravidão	0	0%
Difamação/Injúrias	179	14,58%
Negligência médica	4	0,3%
Discriminação racial	35	2,85%
Violência domicílio	34	2,77%
Outros contra pessoas	49	4%
Total	1227	100%

Fonte: APAV (2010)

De entre os múltiplos tipos de crime registados pela APAV ressaltam de longe as ofensas à integridade física, as ameaças, as difamações e injúrias, passando por outras como os raptos e sequestros, maus tratos e violências domésticas, discriminações raciais, violações e abusos sexuais, até outros crimes menos frequentes como o lenocínio, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e tráfico de pessoas em termos laborais. No que concerne o tema que nos ocupa, estes dados evidenciam uma baixa taxa de crimes de tráfico de pessoas, um número bem menor do que o crime de lenocínio, tal como se pode ver no gráfico 7:

Gráfico 7 Crimes de Lenocínio e Tráfico Humano para fins de exploração sexual (2005-2009)

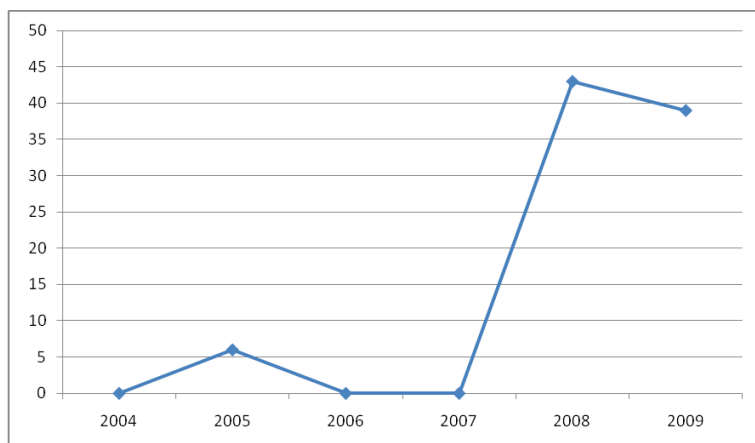


Fonte: APAV (2009; 2008; 2007; 2006; 2005)

Pelo gráfico 7 se depreende que, embora não possamos ater-nos apenas a esta fonte certamente limitada, comparativamente ao conjunto de crimes registados na APAV se verifica não só um número residual de crimes de tráfico para fins de exploração sexual como inclusive, entre 2005 e 2009, uma diminuição ou regressão dos mesmos.

Já, porém, se nos socorrermos dos dados disponíveis na Direcção Geral da Política da Justiça, surge-nos, sobretudo a partir de 2007, uma outra representação gráfica:

Gráfico 8 Crimes de tráfico de pessoas segundo a Direcção Geral da Política da Justiça (2004-2009)



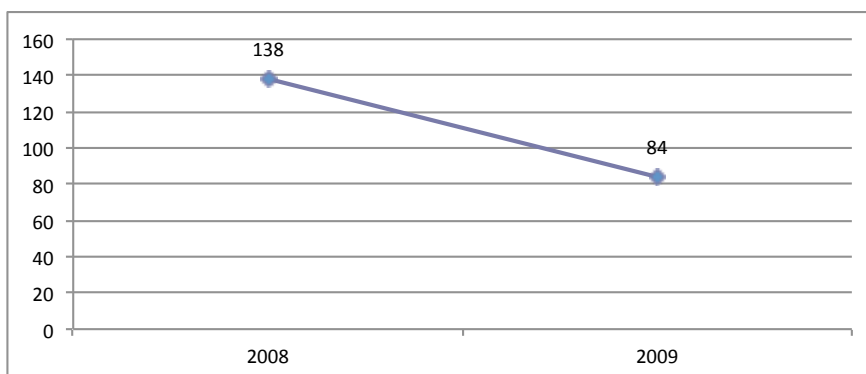
Fonte: DGPJ

Os crimes de tráfico registados pelas autoridades policiais devem ser lidos por número de investigações e não por número de vítimas (OTSH, 2010). Os dados da justiça poderão assim diferir de dados anteriormente explicitados, provenientes de Guias de Registo e/ou Sinalização, sendo a subida abrupta em 2008 provavelmente atribuível a diferentes parâmetros adoptados pelas contabilidades das respectivas instituições. Assim, se entre 2004 e 2007 não se registam crimes deste género, com alguma surpresa se verifica em 2008 e 2009 uma subida para 43 e 39 respectivamente, podendo aventar-se estas ocorrências por via do Guia Único de Registo como instrumento disponibilizado para as autoridades policiais pela equipa de investigação sobre o tráfico sexual de seres humanos no quadro do Projecto CAIM (cf. Santos *et al* 2007).

Apesar da propalada ideia de ‘cifras negras’, não há dados fidedignos e controlados sobre o fenómeno em Portugal. Os dados recolhidos por Santos *et al* (2007) através de inquirição junto dos diversos órgãos policiais permitiu calcular o número aproximado de vítimas. Assim, a Polícia Judiciária detectou, entre 2004 e 2006, 89 vítimas, das quais 41 brasileiras, 20 portuguesas e 19 romenas e 1 russa, além de 6 sem referência. Em termos de idade, 46% das vítimas teriam entre 21 e 30 anos. A Guarda Nacional Republicana (GNR) refere 81 inquéritos distribuídos por 5 brigadas, sendo identificados, na sua grande maioria, casos de lenocínio. De resto, refira-se que, enquanto os defensores das teses abolicionistas exigem uma maior latitude e elasticidade do conceito de tráfico sexual, vários magistrados e polícias entrevistados confirmam que, na maior parte dos crimes, trata-se de lenocínio e não de tráfico de seres humanos (cf. Santos 2007:98).

Propriamente até 2008 não havia um registo sistemático dos casos de tráfico sexual de seres humanos. Foi com base no guião apresentado por Santos *et al* (2007) que apenas nos dois últimos anos surge alguma uniformização na recolha dos dados por parte das entidades policiais, o que é vertido no gráfico 9:

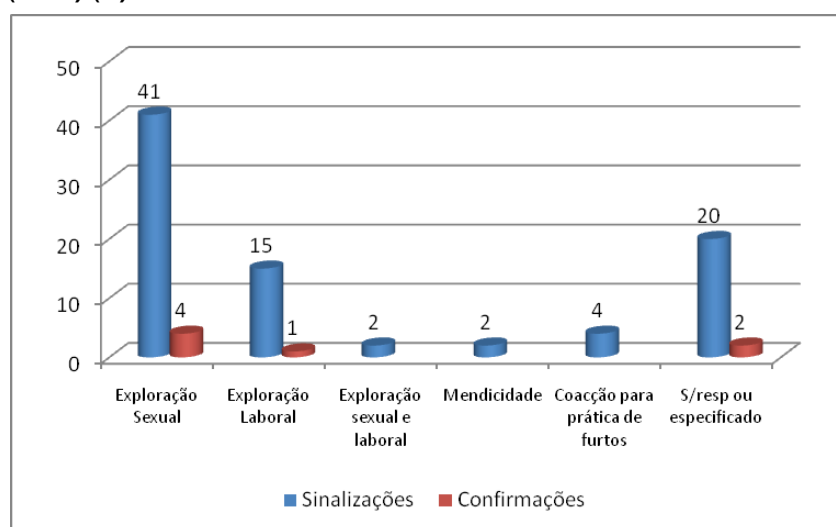
Gráfico 9 Número de vítimas sinalizadas em Portugal entre 2008 e 2009 (N)



Fonte: MAI - DGAI (2009), MAI - OTSH (2010)

Assim, procedendo à comparação entre 2008 e 2009, verifica-se um decréscimo das sinalizações, como demonstra o gráfico 9, passando de 138 para 84; contudo, só no ano de 2009 se verificam vítimas confirmadas (MAI - DGAJ; 2009; OTSH, 2010). No relatório referente a 2009 a exploração sexual – que dever-se-ia assinalar mais ajustadamente como tráfico através da exploração sexual – é indicada como a forma de tráfico que agrega a maior percentagem de crimes entre o tráfico de seres humanos:

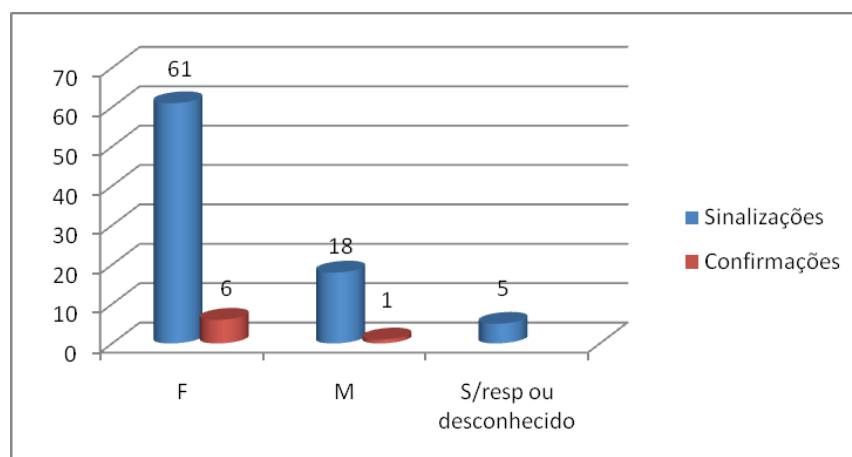
Gráfico 10 Tipos de exploração por vítimas sinalizadas e confirmadas (2009) (N)



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Segundo os dados obtidos e expressos no gráfico 10, em 2009 foram sinalizadas 41 potenciais vítimas e confirmadas 4 vítimas traficadas para fins de exploração sexual. O segundo tipo de tráfico mais comum em Portugal é a exploração laboral com um total de 15 vítimas sinalizadas e 1 confirmada (MAI - OTSH 2010). Pretendendo saber o sexo das vítimas sinalizadas, o gráfico 11 oferece-nos a seguinte distribuição:

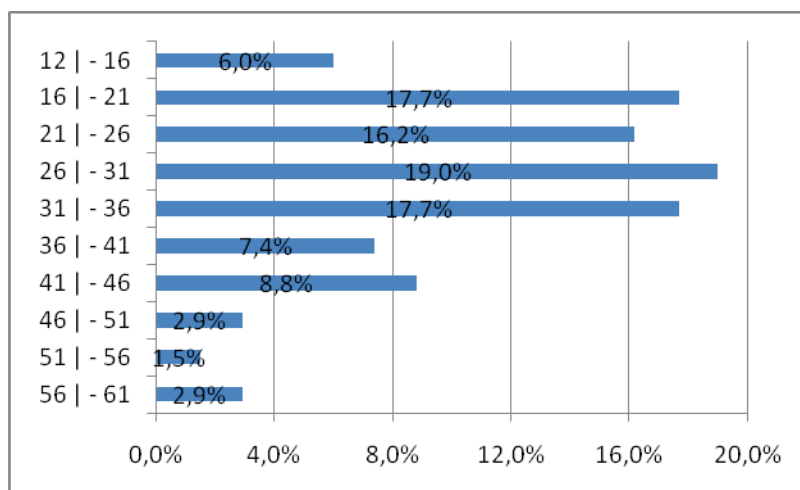
Gráfico 11 Sexo das vítimas sinalizadas e confirmadas (2009) (N)



Fonte: MAI - OTSH (2010)

As vítimas sinalizadas em 2009 são maioritariamente do sexo feminino, dados que se assemelham aos de 2008, visto que nesse ano 88% dos casos sinalizados de vítimas também eram relativos a mulheres. Relativamente às faixas etárias, em 2009, o gráfico 12 fornece-nos os seguintes dados:

Gráfico 12 **Faixas etárias das vítimas sinalizadas (2009) (%)**

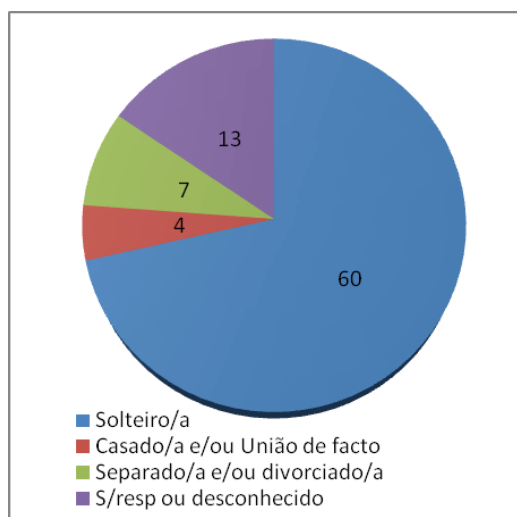


Fonte: MAI - OTSH (2010)

Observando o gráfico 12, a faixa que engloba mais vítimas é a compreendida entre os 26 e 31 anos (19% vítimas sinalizadas), seguida pelas faixas entre os 16 e 21 anos e os 31 a 36 anos (ambas com 17.7% vítimas sinalizadas). Somando estas três faixas, elas constituem a maioria das vítimas sinalizadas (59.4%). Com menor frequência surgem vítimas com idades superiores a 36 anos e menores do que 16 anos.

Cruzando as variáveis sexo e idade, os dados mostram que as vítimas masculinas tendem a ser ligeiramente mais velhas, a média de idades feminina situa-se nos 29 anos e a masculina em 31 anos. Assim, a média de idades geral em 2009, das vítimas sinalizadas é de 29 anos, com um desvio padrão entre os 19 e 39 anos, dados muito semelhantes a 2008, ano em que a média de idades geral é cerca de 30 anos, com desvio padrão que varia entre os 22 e 38 anos (MAI - OTSH, 2010 e MAI – DGAI 2009). Se pretendermos saber a distribuição das vítimas pelo estado civil, o gráfico 13 oferece-nos uma imagem aproximada da mesma:

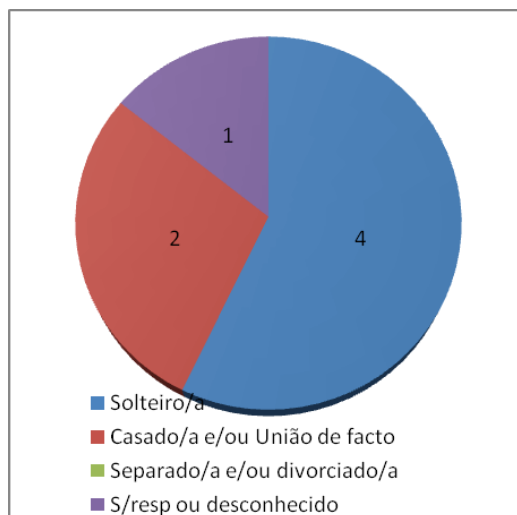
Gráfico 13 **Estado civil das vítimas sinalizadas (2009) (N)**



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Quanto ao estado civil a maioria das vítimas sinalizadas em 2009 são solteiras, outros estados civis surgem como residuais, apesar do peso significativo das ausências de resposta ou informação desconhecida. Os dados de 2008 são semelhantes, apontando a esmagadora maioria das vítimas como solteiras, a saber, 81,9% dos casos (MAI - DGAI, 2009). Quanto ao estado civil das vítimas confirmadas, tal nos é dado pela figura 14:

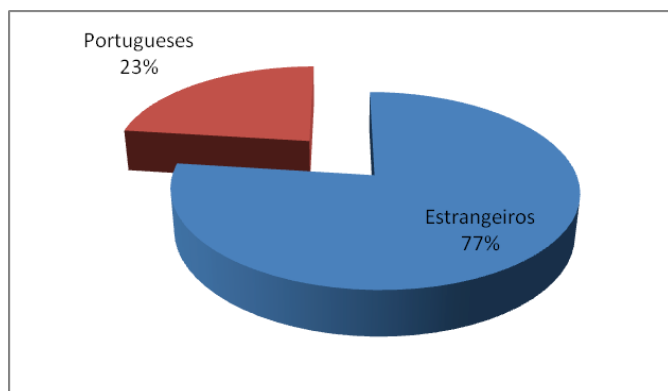
Gráfico 14 Estado civil das vítimas confirmadas (2009) (N)



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Sendo bastante menos expressivas do ponto de vista numérico por comparação com as vítimas assinaladas, não deixa de ser importante o registo de 7 vítimas confirmadas, sendo a maioria solteiras. Relativamente à nacionalidade das vítimas sinalizadas, o gráfico 15 dá-nos conta da seguinte distribuição entre portugueses e estrangeiros:

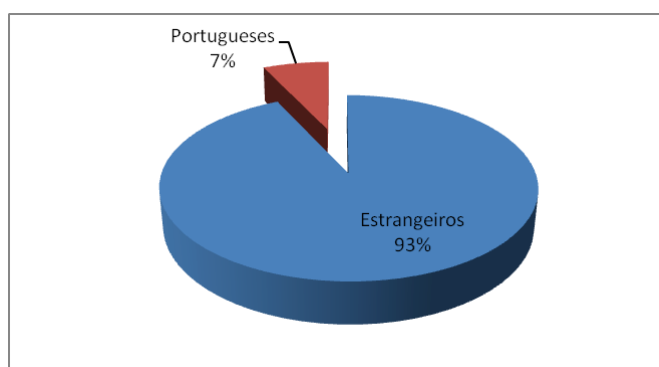
Gráfico 15 Nacionalidade das vítimas sinalizadas em 2009 (%)



Fonte: MAI - OTSH (2010)

A maior parte das vítimas (77%) é de longe composta por estrangeiros (60 relativamente a vítimas sinalizadas e 5 confirmadas); todavia, apesar de as vítimas portuguesas serem minoria, elas ainda somam 18 casos sinalizados e 2 casos confirmados. No ano de 2008 a população portuguesa era menos significativa, representando apenas 7% das vítimas de tráfico, contrastando com os 23% sinalizados em 2009. Estes dados podem evidenciar maior atenção dos órgãos responsáveis a situações de tráfico interno, seguindo recomendações internacionais. Relativamente à nacionalidade das vítimas sinalizadas, o gráfico 16 dá conta da sua distribuição entre portuguesas e estrangeiras:

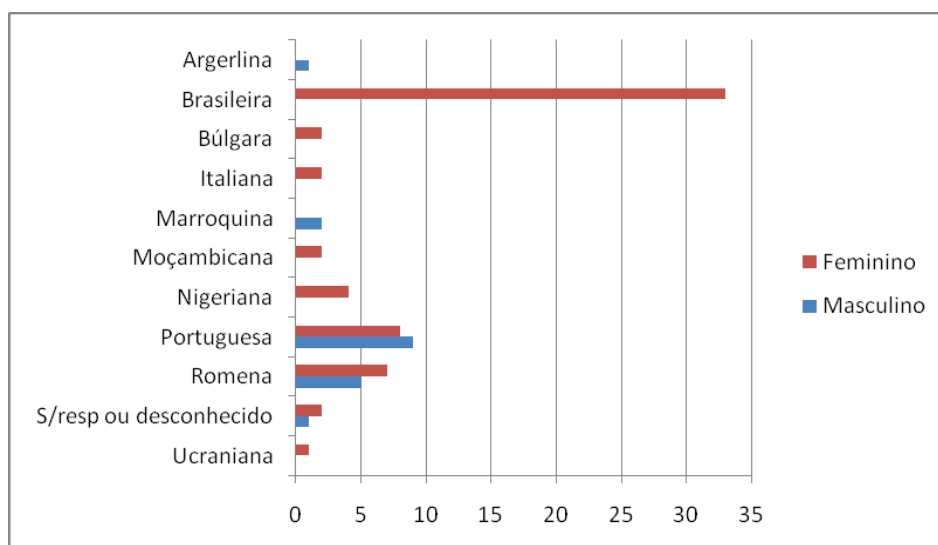
Gráfico 16 Nacionalidade das vítimas sinalizadas em 2008 (%)



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Não obstante o número de vítimas sinalizadas oscilar em ambos os anos, verifica-se uma superioridade de vítimas brasileiras, em que esta nacionalidade representa em 2008 cerca de 74% e em 2009 cerca de 40% do número total de vítimas por nacionalidade. Apesar do decréscimo verificado, pessoas de nacionalidade estrangeira continuam a representar a maior percentagem de vítimas de tráfico humano em Portugal. Procurando, em seguida, saber como se distribuem as vítimas por sexo, o gráfico 17 dá-nos a seguinte distribuição por nacionalidade e sexo:

Gráfico 17 Nacionalidade das vítimas sinalizadas segundo o sexo (2009) (N)



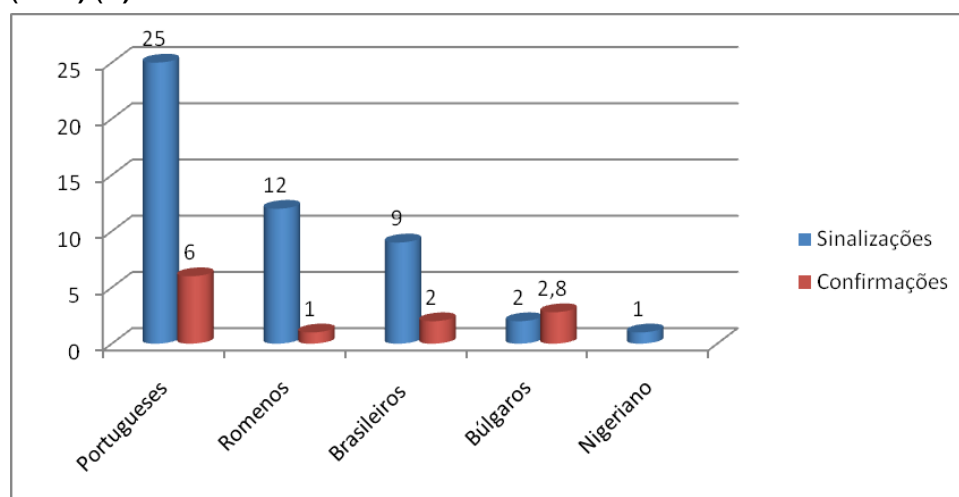
Fonte: MAI - OTSH (2010)

Quando se analisa a nacionalidade segundo o sexo, destaca-se o facto de existir uma distribuição quase equitativa, em relação ao sexo, em potenciais vítimas portuguesas, situação semelhante à verificada em 2008. A mesma lógica diferencial em relação ao género verifica-se nas nacionalidades romena, marroquina e argelina. As vítimas confirmadas são de facto em bastante menor número que as sinalizadas mas seguem *grossa modo* o mesmo padrão das vítimas sinalizadas, sempre com grande destaque para as vítimas brasileiras, do sexo feminino.

Relativamente aos lesados/ofendidos identificados pelas autoridades policiais, regista-se uma distribuição equitativa de ambos os sexos, 12 casos para cada sexo, e uma maior presença de indivíduos com mais de 24 anos de idade (19 casos), apesar de a faixa etária, que compreende idades entre 16 e 24 anos, ter um peso próximo, com 17 casos verificados.

No que concerne os agressores/suspeitos/arguidos, estes, de acordo com os dados recolhidos, teriam, em média, mais de 24 anos de idade e, relativamente ao género, verifica-se uma maior representatividade do sexo masculino, com 19 casos a contrastar com 7 mulheres suspeitas. Quanto ao escalão etário, 8 situam-se entre os 16 e 24 anos e 36 acima dos 24 anos e, quanto à média de idades, ela ronda os 31 anos com um desvio padrão compreendido entre os 23 e 39 anos. A maioria dos agressores sinalizados são portugueses, seguidos de indivíduos de nacionalidade romena e brasileira, tal como se pode verificar no gráfico 18:

Gráfico 18 Nacionalidades dos agressores sinalizados e confirmados (2009) (N)

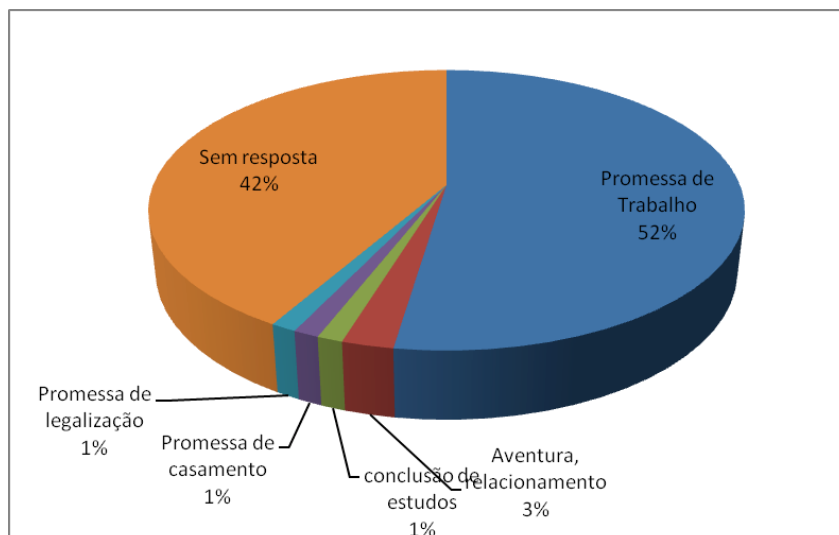


Fonte: MAI - OTSH (2010)

Todavia, estes dados devem ser interpretados, tendo em conta que, segundo a OTSH, na maioria dos casos existem redes criminais organizadas e relações entre indivíduos de várias nacionalidades que poderão beneficiar do tráfico humano. Todavia, relativamente a agressores sinalizados, existem 40 registos de informação desconhecida, o que condiciona fortemente as conclusões (MAI-OTSH, 2010).

Ao cruzar as variáveis da vítima e dos agressores verifica-se alguma correspondência, na medida em que se constata a presença na rede de tráfico de, pelo menos, uma pessoa da mesma nacionalidade, apesar de existir uma exceção relativa a uma vítima portuguesa (MAI - OTSH, 2010). Quanto à forma como a vítima é aliciada por membros da rede de tráfico humano verificam-se várias possibilidades, muitas vezes dependentes da criatividade dos agressores. Para Portugal, no ano de 2009, foi possível detectar e expressar no gráfico 19 os seguintes motivos de contacto dos agressores para as vítimas sinalizadas:

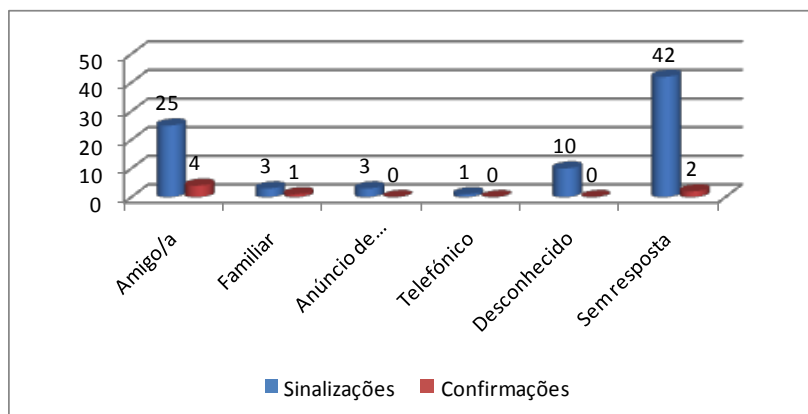
Gráfico 19 **Motivo de contacto dos agressores para vítimas sinalizadas (2009) (N)**



Fonte: MAI - OTSH (2010)

As promessas de trabalho apresentam-se como o motivo de contacto mais proeminente com 52%, tendo todos os outros motivos percentagens residuais. Todavia, o número elevado de casos sem resposta (35 equivalente a 42%) condicionam e limitam fortemente a análise, sendo sintomático do receio de eventuais consequências negativas. Quanto à forma de contacto utilizada pelo agressor às vítimas, o gráfico 20 dá-nos conta da sua distribuição:

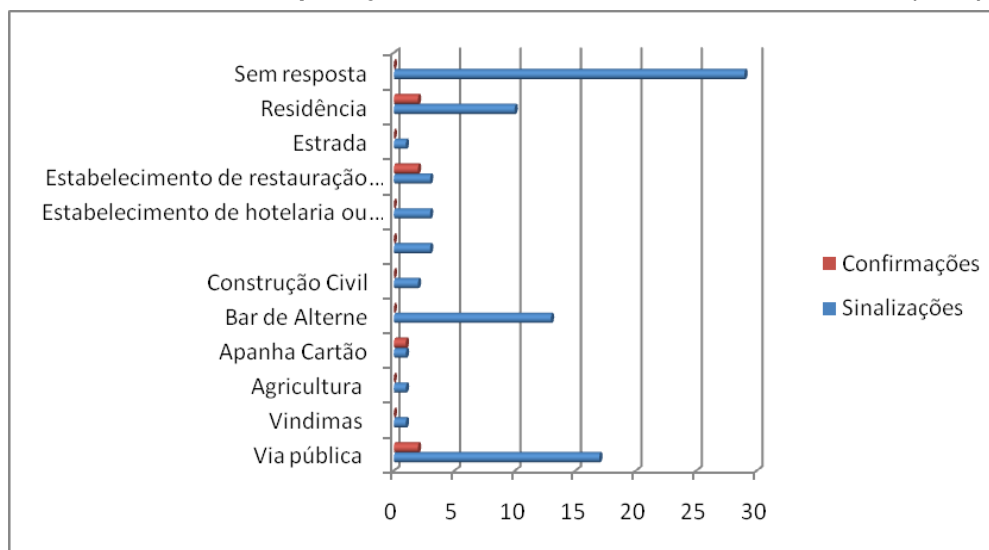
Gráfico 20 **Forma de contacto utilizada pelo agressor para vítimas sinalizadas e confirmadas (2009) (%)**



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Apesar dos condicionamentos de uma análise mais profunda que lhe são inerentes, destacam-se em 28 casos de contactos por via de amigos e familiares e 10 situações por via de desconhecidos. A este respeito, o enviesamento da informação e do seu tratamento torna-se evidente quando assumimos que os amigos e familiares neste processo sejam catalogados de agressores no processo de tráfico ou então os termos 'amigos' e familiares deviam ser sinalizados entre aspas. Questionando seguidamente sobre quais os locais onde ocorrem tais situações de exploração, o gráfico 21 apresenta a seguinte distribuição:

Gráfico 21 **Locais de exploração das vítimas sinalizadas e confirmadas (2009) (N)**



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Os locais onde mais se verificam situações de potencial exploração são a via pública e bares identificados com a prática de alterne. Ao agregar o número de potenciais vítimas encontradas nos bares de alterne às sinalizadas em estabelecimentos de diversão nocturna e/ou estabelecimento de restauração e/ou bebidas obtêm-se um total de 19 sinalizações neste tipo de locais, que poderão ser eventualmente relacionados com práticas de exploração sexual.

Sinteticamente, pode traçar-se, a partir dos dados revelados, um perfil geral das vítimas de tráfico humano em Portugal no ano de 2009. As vítimas sinalizadas são maioritariamente de sexo feminino (73%), apresentando uma média de 29 anos, com um desvio-padrão que varia entre os 20 e 38 anos. Os indivíduos de sexo masculino têm, em média, cerca de 31 anos e o desvio padrão varia entre os 17 e 45 anos, verificando-se um ligeiro aumento da idade no caso de vítimas homens. Do ponto de vista da caracterização do perfil da vítima sinalizada, a exploração sexual é preponderante entre as formas de exploração, representando cerca de 49% dos casos, sendo importante ter em conta nesta variável que existem 23% dos casos sem forma de exploração especificada. A exploração sexual é então o principal motivo para este crime e as vítimas podem ser controladas de várias formas, destacando-se o controlo de movimentos, ameaças directas ou sonegação de documentos.

A maioria das vítimas é solteira e as estrangeiras representam 71% das sinalizações. De entre as várias nacionalidades verifica-se um predomínio acentuado de vítimas de origem brasileira (57% dos casos), apesar de existirem também vítimas de outras nacionalidades. A maioria das vítimas chega a Portugal via aérea. Sobre o seu estatuto em território nacional, em 60 casos sinalizados, 24 encontravam-se em situação legal e 29 permaneciam ilegalmente no país, sendo os restantes casos referentes a registos sem informação. No caso das brasileiras, em particular, tendo aparentemente tanta expressividade no tráfico humano português, a totalidade dos casos representa indivíduos do sexo feminino, o mesmo se verifica com vítimas de nacionalidades romena e marroquina. Outras nacionalidades, estrangeiras e nacionais, contêm uma distribuição mais ou menos acentuada em relação ao género. No caso da nacionalidade portuguesa, a distribuição é praticamente equitativa.

Confrontando estes dados com os obtidos por cruzamento com os dados obtidos no trabalho de campo sobre mulheres exercendo prostituição feminina no Norte de Portugal, entre as quais a grande maioria eram brasileiras, o estudo de Ribeiro *et al.* (2007) evidencia que os casos de tráfico no concernente a mulheres brasileiras era minoritários, pelo que pode merecer alguma reserva os dados que apontam as brasileiras como sendo as mais vitimizadas em termos percentuais, sem excluir que o possam ser em número absoluto, atendendo ao volume de mulheres brasileiras a exercer esta actividade. Pretendendo saber as condenações e processos-crime entre 2007 e 2009 o seguinte quadro mostra-nos a evolução.

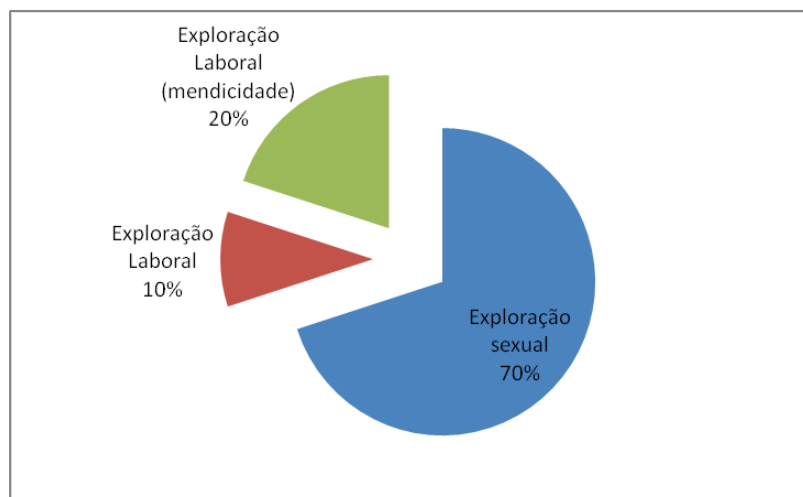
Tabela 2 Condenações e Processos-crime na fase de julgamento, findos nos tribunais judiciais de 1ª instância entre 2007 e 2009

Ano	Condenações		Processos-Crime	
2007	116	27%	55	39%
2008	140	33%	54	38%
2009 (1º semestre)	172	40%	33	23%
Total	428	100%	142	100%

Fonte: OTSH

Os dados obtidos através do Observatório do Tráfico de Seres Humanos com base no Centro de Acolhimento e Protecção (CAP), designadamente relativos a 2009, apresentam a seguinte distribuição:

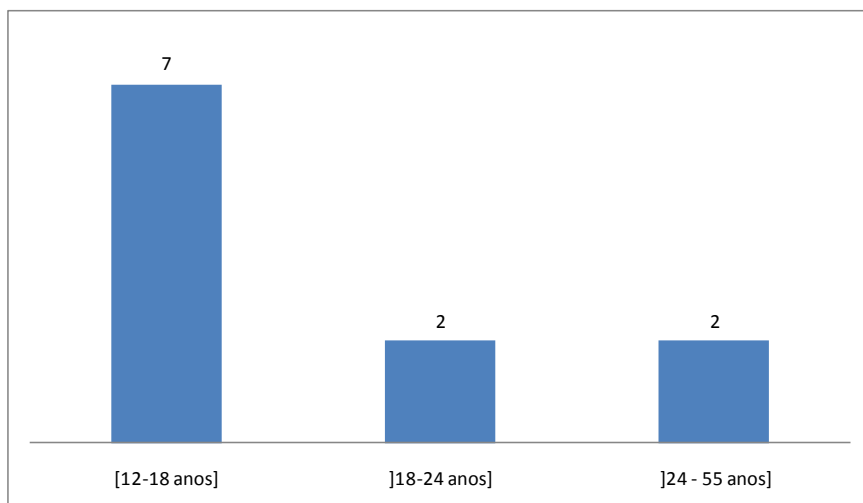
Gráfico 22 Tipo de tráfico humano a que os utentes do CAP foram sujeitos



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Concretizando, salvo os 30% por exploração laboral, designadamente em contexto de mendicidade, 70% dos utentes acolhidos no CAP foram-no por exploração sexual, apresentando a seguinte caracterização por idade e nacionalidade:

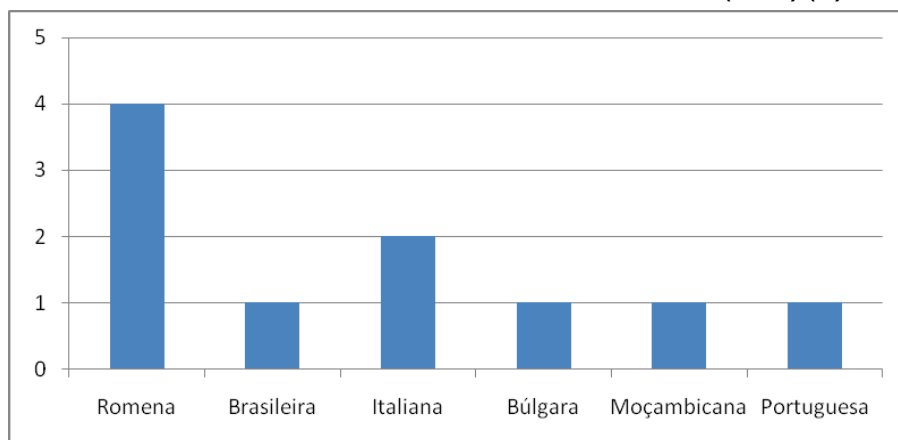
Gráfico 23 **Utentes acolhidos no CAP, por idade (2009) (N)**



Fonte: MAI - OTSH (2010)

Embora os números possam reflectir uma parte da realidade, são muito baixos os casos de acolhimento de mulheres por parte da CAP: 2 entre 25 e 55 anos, 2 entre 19 e 24 anos e 7 entre 12 e 18 anos, configurando-se nestes casos abusos sobre menores. Se pretendermos saber qual a nacionalidade das jovens-mulheres acolhidas, tal nos é proporcionado pelo gráfico 23.

Gráfico 24 **Nacionalidade dos utentes acolhidos no CAP (2009) (N)**

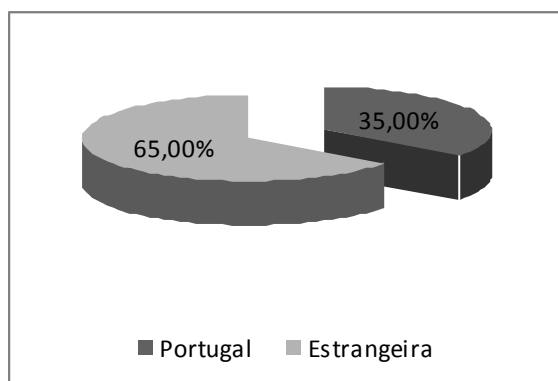


Fonte: MAI - OTSH (2010)

Sendo casos residuais as mulheres das várias nacionalidades acolhidas, importa todavia reter o maior número de romenas, confirmando a existência de casos de tráfico ou prostituição forçada entre mulheres desta nacionalidade.

Por fim, a par duma síntese de dados recolhidos e tratados por Santos *et al* (2007) e outros por nós recolhidos e tratados, daremos, em seguida conta, de alguns resultados empíricos acerca das origens sociais e outras características sócio-demográficas das trabalhadoras sexuais estudadas em *Vidas na Raia*. Dos diversos estudos designadamente em *Vidas na Raia* (cf. Silva 2005, Ribeiro *et al* 2007) se infere que a maioria das mulheres em clubes, casas de alterne e bares destinados a comércio sexual são estrangeiras, tal como se pode ver no gráfico 25.

Gráfico 25 **Nacionalidade das trabalhadoras sexuais (%)**



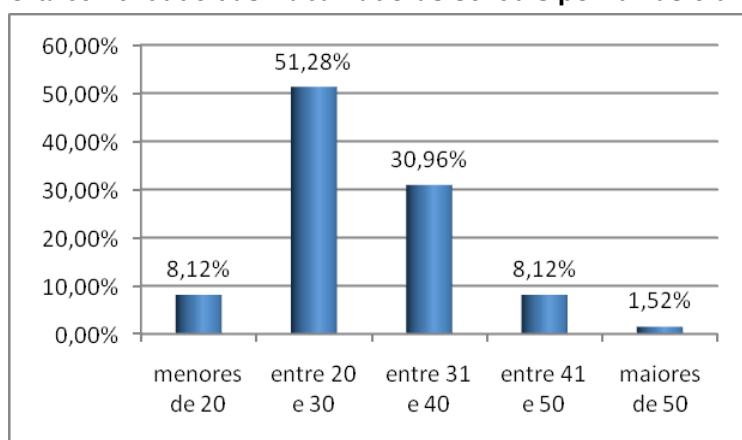
Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Tal como se verifica no gráfico 25, as mulheres estrangeiras predominam (65%), tendo as portuguesas menos representatividade com 35%. Na partida são accionadas redes de interconhecimento na vinda para Portugal: familiares, amigos e conhecidos, que se inscrevem em regra em redes de interconhecimento inerente a correntes processos migratórios, tal como o salientaram sobre as migrações Rocha-Trindade (1976) e Costa (1984), embora a este respeito Santos *et al.* (2007:138) tendam a interpretar como tráfico o aliciamento e o recrutamento também através destas redes.

Entre as estrangeiras predominam largamente as brasileiras, facto facilmente compreensível pelas afinidades linguísticas. Tal não significa que a sua entrada tenha sido, em regra, fácil, para o que utilizam alguns estratagemas. Com efeito, uma grande parte das mulheres brasileiras com destino a Portugal são instruídas no sentido em aterrar numa dos aeroportos europeus, designadamente Paris e sobretudo Madrid, deslocando-se por via terrestre em autocarro ou táxi através de apoios de mediadores ligados às casas de alterne (cf. Ribeiro *et al.* 2007, Santos *et al.* 2007).

Relativamente à distribuição das trabalhadoras sexuais por faixas etárias foi possível elaborar o gráfico 26.

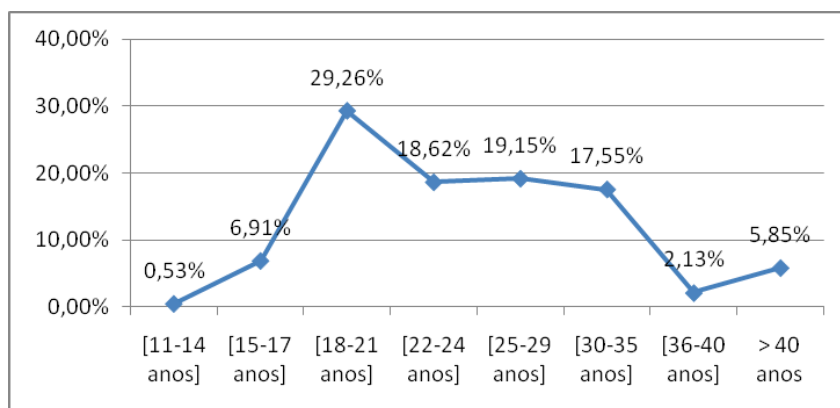
Gráfico 26 **Idade das trabalhadoras sexuais por faixas etárias (%)**



Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

A maioria das mulheres situa-se entre os 20 e os 30 anos (51%) e, se acrescentarmos a faixa de 30 a 40 anos, elas perfazem o total de 81%. Pretendendo saber qual a idade aquando a entrada na prostituição, foi-nos possível formar a seguinte representação no gráfico 27:

Gráfico 27 Idade das mulheres no início da actividade de prostituição

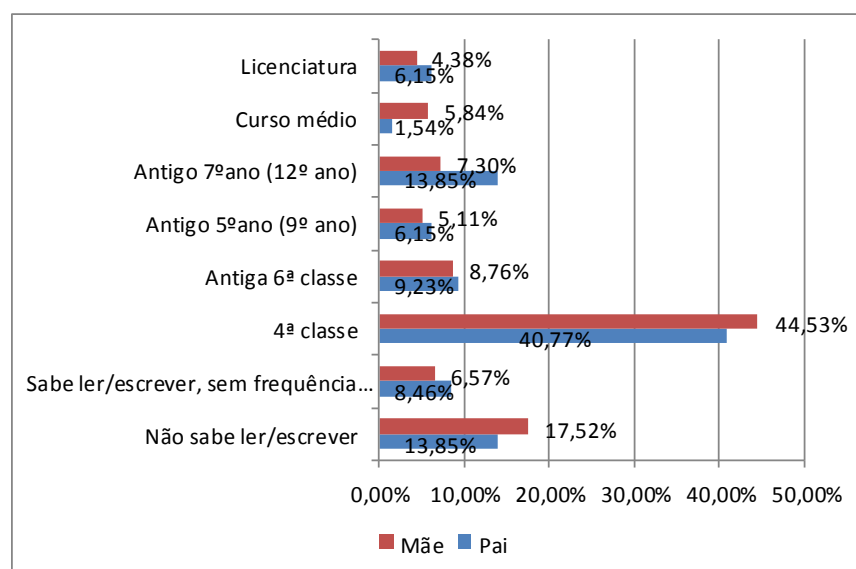


Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

A análise da idade de entrada na prostituição pode também ser relevante para a percepção do fenómeno. Os dados fornecem resultados indicativos de que a grande maioria das trabalhadoras sexuais inicia esta actividade entre os 18 e os 29 anos, em cerca de 67% dos casos. Se alargarmos as faixas etárias dos 18 aos 35 anos verificamos que estas mulheres totalizam 85% dos casos e mesmo 92% se incluirmos as 7% menores.

Quanto ao meio de origem, os dados revelam que a maioria das mulheres é oriunda do meio urbano (75%), apesar de esta variável, quando isolada, possuir pouca capacidade explicativa face a um fenómeno essencialmente multifacetado. Já, porém, a posição ocupada pelos pais em termos de habilitações literárias torna-se relevante na medida em que nos indica o meio social de origem.

Gráfico 28 Grau de instrução dos pais das trabalhadoras sexuais

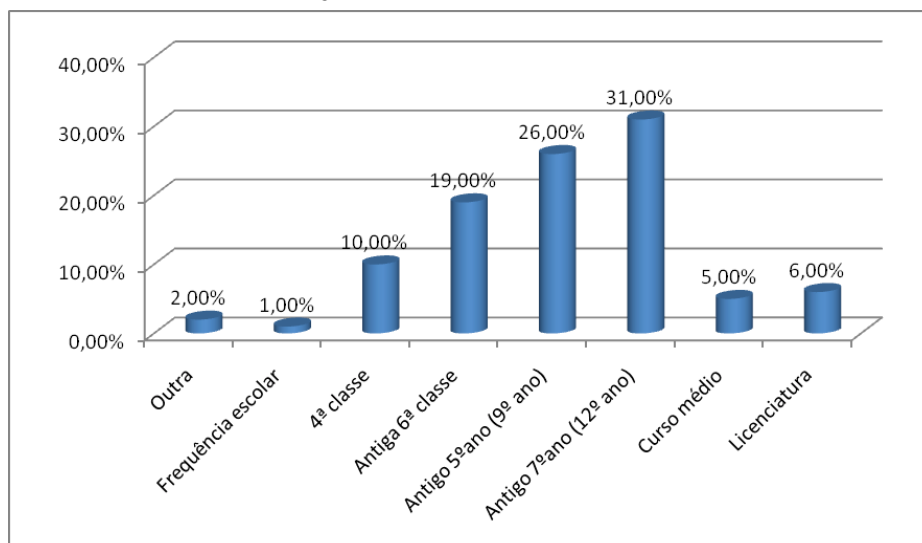


Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

A posição que os pais ocupam na estrutura social relaciona-se com o seu grau de instrução que é maioritariamente baixo, ou nulo, visto que 63% dos pais e 69% das mães eram analfabetos/as literais ou sabiam ler e escrever mas sem frequência escolar ou não ultrapassam a escolaridade básica.

Em relação ao percurso escolar das trabalhadoras sexuais é possível, segundo os dados fornecidos por Ribeiro *et al* (2007), verificar os seguintes resultados, alguns com discrepâncias consideráveis.

Gráfico 29 Grau de instrução das trabalhadoras sexuais

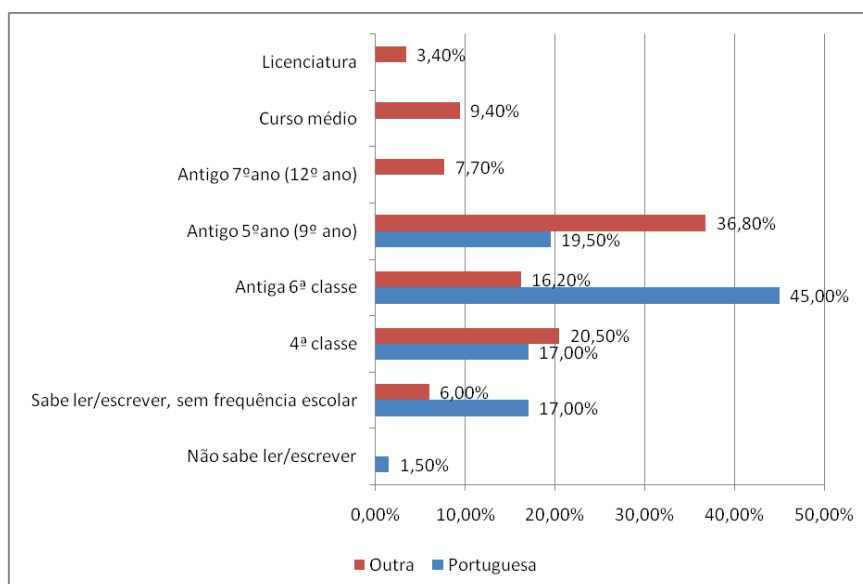


Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

A grande maioria apresenta graus de baixa escolaridade: se agregarmos todas as categorias de inquiridas até ao actual 9ª ano de escolaridade, elas formam 58% do total e, se adicionarmos as mulheres que obtiveram o 12º ano (31%), sobem a 89%. Todavia, também se verificam casos de mulheres que se declaram como licenciadas e/ou frequentado cursos médios e superiores (11%).

Se comparamos a instrução escolar dos pais e mães das trabalhadoras sexuais portuguesas e estrangeiras e as das próprias mulheres que exercem a prostituição, encontramos já uma considerável diferença na instrução e/ou formação obtida, tal como se pode constatar com base no gráfico 30 por comparação com o gráfico 29, para além de diferenças de instrução entre portuguesas e estrangeiras, tal como se evidencia no gráfico 30:

Gráfico 30 Grau de instrução escolar de trabalhadoras sexuais portuguesas e estrangeiras

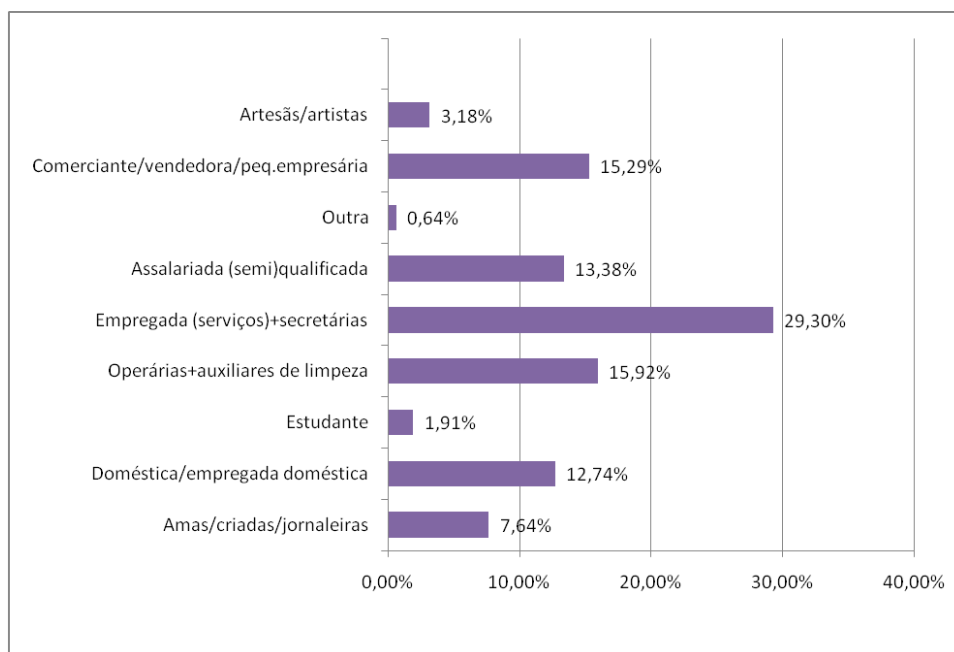


Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

A partir destes resultados verifica-se que a totalidade de mulheres com licenciatura e cursos médios é estrangeira, não havendo nenhum caso português com escolaridade mais avançada do que o 12º ano de escolaridade. Das mulheres portuguesas apenas 20% tem o 12º ano, e 45 % não ultrapassam o 9º ano de escolaridade. Ao analisar particularmente cada nacionalidade, de acordo com os seus graus de instrução, verifica-se a predominância de mulheres estrangeiras de nacionalidade brasileira (79% dos casos), seguidas de cidadãs colombianas com 9% e todas as outras nacionalidades apresentam resultados dispersos e residuais.

Tendo em conta os dados previamente expostos sobre a escolaridade dos pais das mulheres prostitutas verifica-se, como foi referido, um percurso escolar mais longo nas segundas. Todavia este dado prende-se sobretudo com a obrigatoriedade da frequência escolar para o caso português e para outros países, num primeiro momento até ao 6º ano e posteriormente até ao 9º ano.

Gráfico 31 Primeira profissão das mulheres antes da entrada na prostituição



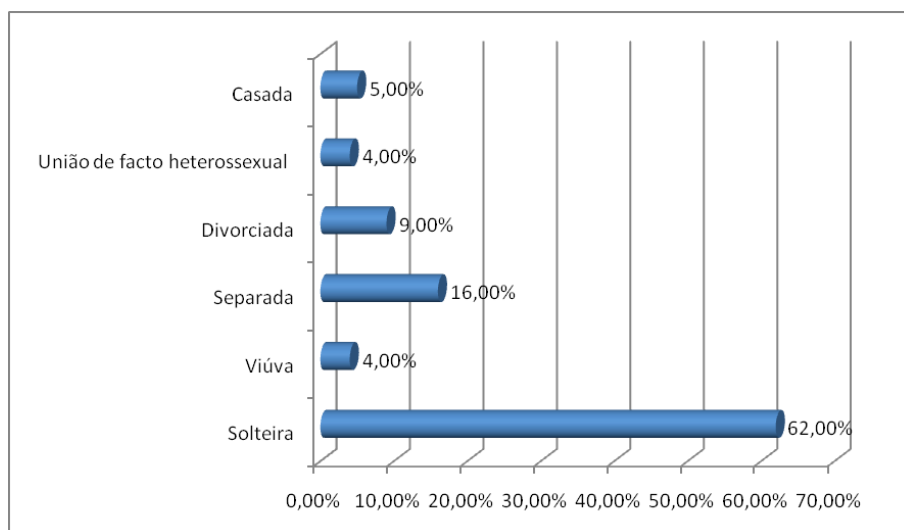
Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Como se pode ver, as mulheres, na sua maioria, provêm de classes desprovidas ou com poucos recursos, sobressaindo, para além das operárias, empregadas domésticas e trabalhadoras de limpeza, empregadas nos sector dos serviços incluindo secretárias, perfazendo um total de 52%, seguidas de uma não desprezável taxa de pequenas empresárias, comerciantes ou vendedoras e assalariadas semiqualficadas (29%).

Estas profissões que marcam a trajectória inicial no mercado de trabalho são sobretudo caracterizadas por salários baixos, por vezes inferiores ao salário mínimo, que poderão, em certa medida, conduzir à entrada na prostituição por esta significar ganhos muito superiores: “a grande maioria das mulheres confirma uma viragem [positiva] considerável dos seus rendimentos” (Ribeiro *et al.* 2007: 172), aliás um dado também reconhecido nas entrevistas realizadas no estudo de Santos *et al.* (2007).

O estudo de Ribeiro *et al* (2007) fornece-nos ainda alguns dados sobre o estado civil das mulheres aquando do início da prostituição, o agregado familiar no início da prostituição e, uma vez que uma grande das mulheres têm filhos, a caracterização destes, suas faixas etárias e redes familiares e outras que cuidam dos filhos.

Gráfico 32 Estado civil das mulheres aquando do início da prostituição



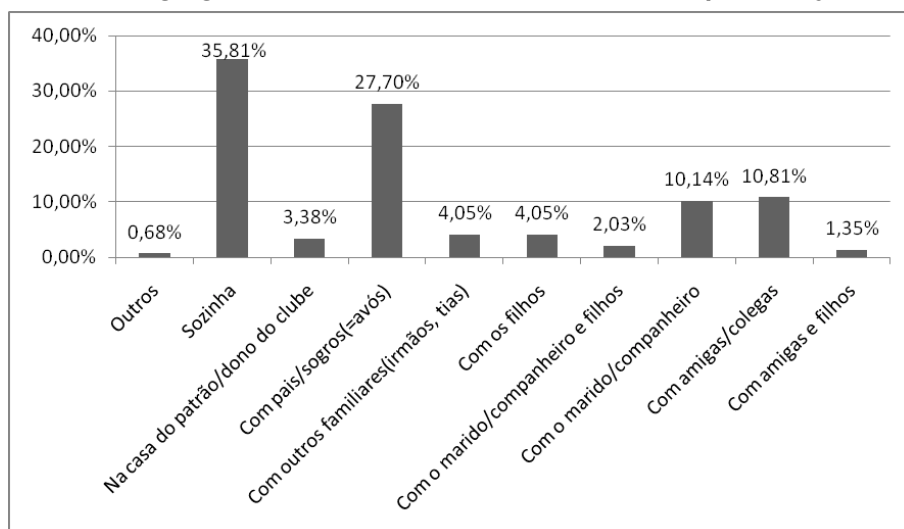
Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Os dados relativos ao estado civil da mulher aquando da sua entrada na prostituição mostram, antes de mais, uma diversidade de situações, sendo mais de metade das mulheres solteiras (62%), ainda que bastantes delas com filhos. Em segundo lugar, há 16% de mulheres separadas dos companheiros e 9% divorciadas, evidenciando situações conjugais em processo de ruptura ou já dissoluções consumadas, perfazendo no total 25% das inquiridas.

O grupo, apesar de minoritário, de mulheres casadas que estão envolvidas na prostituição pode, segundo Ribeiro *et al* (2007), ser justificado por mulheres que ainda estão casadas mas que se encontram em situações de conjugalidade mas em via de separação ou divórcio ou mulheres que exercem esta actividade com o consentimento e apoio do marido.

Um outro aspecto interessante que foi possível apurar prende-se com o tipo de agregado familiar no início da actividade prostitucional, o que nos é dado pela figura seguinte.

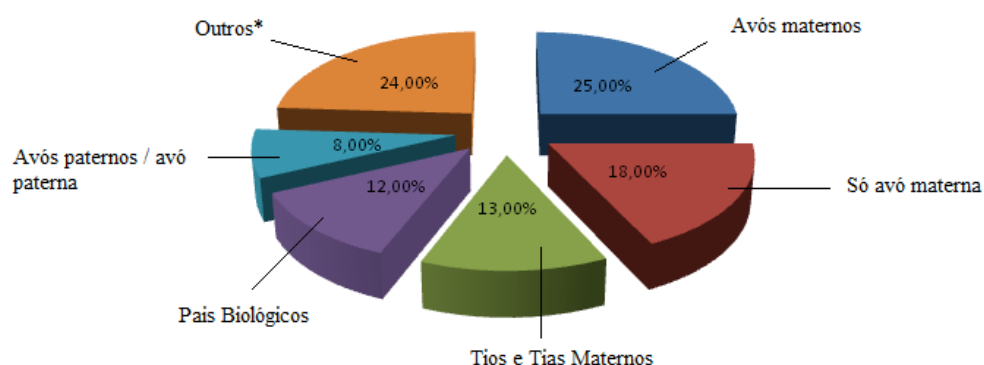
Gráfico 33 Agregado familiar no início da actividade da prostituição



Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Entre o conjunto de tipos de agregados detectados sobressaem as situações de mulheres a viver sozinhas (36%), seguidas de agregados em que as mulheres compartilham o alojamento com os pais e/ou sogros (28%), sendo também significativos os casos de co-habitação com amigas ou com maridos/companheiros (com um total de 21%), reforçando os comentários da convivência da situação com amigas e e companheiros ou mesmo maridos.

Gráfico 34 Redes que têm a seu cuidado os filhos das mulheres prostitutas



Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Da diversidade de redes familiares e de amigos destacam-se as avós maternos (43%) que juntamente com as paternas somam 51% e, se adicionarmos os tios e tias maternos, perfazem no total 64% dos cuidados prestados aos filhos das mulheres prostitutas. Seguem-se outros com 21% e os pais biológicos com 12%. Porém, será importante saber por que faixas etárias se distribuem as idades dos filhos, o que nos é dado pelo gráfico 35:

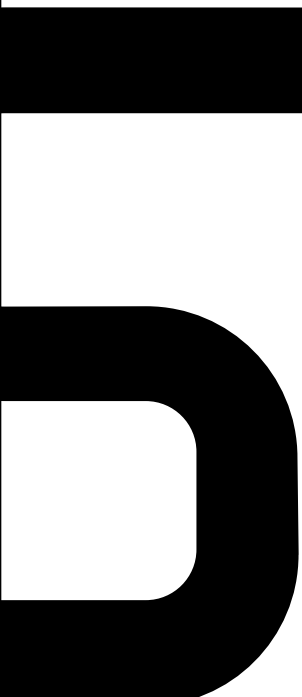
Gráfico 35 Distribuição das idades dos filhos das trabalhadoras sexuais



Fonte: Ribeiro *et al.* 2007

Como se pode ver pelo gráfico, mais de 90% dos filhos das mães-prostitutas nasceram antes da entrada destas na prostituição. Com efeito, das mulheres estrangeiras 67% são mães, das quais 84% brasileiras e, entre as portuguesas, 48% são também mães. A maior parte das mães (58%) têm mais do que um filho e 13% mais do que dois, dando lugar por vezes, em caso de vários filhos, à sua dispersão por vários cuidadores/as.

Entre 165 filhos apenas 15% são reconhecidos como filhos pelos pais, não tendo sido os restantes perfilhados pelos pais. Uma taxa ainda considerável de filhos (43%) têm pais que não participam, de nenhum modo, nas despesas decorrentes da sua criação e educação, sendo as mães quem assume totalmente os custos. Uma tal situação antes da entrada e dados correlatos subsequentes de desagregação familiar são indiciadores de serem o presente e o futuro dos filhos uma das razões nucleares da sua decisão em encetar a vida prostitucional, o que de resto foi confirmado em bastantes dos testemunhos registados no estudo de Ribeiro *et al* (2007).



2. Bibliografia

2.1 Livros e artigos

ABBOT, Palmela e WALLACE, Claire (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.

ABBOT, Palmela, WALLACE, Claire, TYLER, Melissa [2005(1990)], *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.

ACIÉN, Estefanía (2008), “Migrantes y trabajo sexual: estereotipos e intervención social”, in José Luís Solana e Estefanía Acien (eds.), *Los retos de la prostitución: estigmatización, derechos y respeto*. Albolote, Granada, 59-74.

ADAM, Barbara (1996), *Time and Social Theory*, Cambridge: Polity Press.

AGUSTIN, Laura M. (2000), *Trabajar en la Industria del Sexo*, em «http://www.nodo50.org/mujeresenred/laura_agustin-1.html» (22/12/2003).

AGUSTIN, Laura M. (2002), “La Familia española, la Industria del Sexo y las Migrantes”, in O.Guasch e O.Veñuales (coords), *Sexualidades: Diversidad y Control Social*, Barcelona: Bella Terra.

AGUSTIN, Laura (2004), *Trabajar en la industria del sexo*, Donosita- San Sebastián: Tercera Prensa-Hirugarren Prensa, S.L.

ALMEIDA, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1975), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença/Martins Fontes.

ALMEIDA, João Ferreira de (2007), “Velhos e novos aspectos da epistemologia das Ciências Sociais”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, 55, 11-24.

ALMEIDA, Miguel Vale de [2000(1995)], *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.

- AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e feminino: A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BADINTER, Robert (2002), "Prostitution et pénalisation", *Le Monde* (20 de Fevereiro de 2002).
- BALDING, Val, EULER, Catherine, HANMER, Jalna e WIGGLESWORTH, Debbie (2006), "A circulação de mulheres: cidadania, migração e processos de integração europeia" in *Rede de Estudos de Mulheres na União Europeia, Família, Cidadania e Migração*, Lisboa: Ela por Ela.
- BARRY, Kathleen (1979), *Female Sexual Slavery*, New Jersey: Avon Books.
- BARRY, K. (1995), *The prostitution of sexuality*, Nova Iorque: New York University Press.
- BAUMAN, Zygmunt (1998), *Globalisation: The Human Consequences*, Cambridge: Polity Press.
- BEAUVOIR, Simone de [1976(1949)], *Le deuxième sex*, Paris: Gallimard.
- BENSCHOP, Albert [1993], *Klassen: Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Amsterdam: Spinhuis
- BECKER, H.S. (1968), *Outsiders - Studies in the Sociology of Deviance*, New York: The Free Press of Glencoe.
- BELL, Shannon (1994), *Reading, Writing and Rewriting the Prostitute's Body*, Bloomington: Indiana University Press.
- BHATIA, S. (1996), "Angels' find Hell in Promised Land", *The Observer*, 1 de Dezembro de 1996.
- BLUMER, H. (1969), *Symbolic Interaction. Perspectives and Method*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BOUMAN, Saïd (2004), *L'Homme en Question: Le Processus du Devenir-Client de la Prostitution*, Clichy: Mouvement du Nid.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- BRENNER, Johanna (2000), *Women and Politics of Class*, Oregon: Monthly Review Press.
- BROMERG, Sarah (1998), "Feminist issues in prostitution", em James Elias *et al.* (orgs.), *Prostitution: On Whores, Hustlers and Johns*: 294-321, Nova Iorque: Prometheus Books.
- BROWN, Louise (2002), *As Escravas do Sexo*, Porto: ASA Editores.
- BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing Consent*, Chicago e Londres: University of Chicago Press.

BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble*, Londres: Routledge.

BYERS, E. (1996), "How well does the traditional sexual script explain sexual coercion?: Review of a program of research", in E. Byers e L. O' Sullivan (orgs.), *Sexual Coercion in Dating Relationships*: 7-25, Nova Iorque: Haworth Press.

CANCLINI, Nestor (2001), *Consumers and Citizens: Globalization and Multicultural Conflicts*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

CAMPBELL, Rosie (1998), "Invisible men: making visible male clients of female prostitutes in Merseyside", em J. Elias *et al.* (orgs.), *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*: 155-171, Nova Iorque: Prometheus Books.

CARMO, I. & FRÁGUAS, F. (1982) *Put a de Prisão* (5ª ed.). Lisboa: A regra do jogo.

CARRIGAN, Tim *et al.* (1985), "Towards a new sociology of masculinity", *Theory and Society*, 14 (5): 551-603.

CAZALS, Anne (1995), *Prostitution et proxenetisme en Europe*, Paris: Documentation Française, organizada pela Direction Centrale de la Police Judiciaire.

COELHO, Bernardo (2009), *Corpo adentro*, Lisboa: Difel.

COLORADO-MANSFELD, Rudi (2002) "An ethnography of neoliberalism". *Current Anthropology*, vol. 43, n. 1, 113-137.

CONNELL, Robert *et al.* (1987), "Toward a new sociology of masculinity" in Harry Brod (org.), *The Making of Masculinities*,: 63-100, Boston: Unwin Hyman.

CONNELL, Robert (1995), *Masculinities: Knowledge, Power and Social Change*, Berkeley: University of California Press.

COSTA, António Firmino da (1984), "Alfama: Entrepósito de Mobilidade Social", in *Cadernos de Ciências Sociais*, 2: 3-35.

CRAPANZANO, Vincent (1994), "Réflexions sur une anthropologie des émotions", *Terrain*, 22 : 109-117.

CRUZ, F. S. (1984) *Da Prostituição na Cidade de Lisboa (1841)*. Lisboa : Publicações D. Quixote.

DANK, Barry (1998), "Sex work, sex workers, and beyond", *Sexuality & Culture*, 2, 1-6.

DANNA, Daniela (2003), *Trafficking and Prostitution of Foreigners in the Context of the EU Countries' Policy About Prostitution*, NEWR (Network for European Women's Rights), Workshop on Trafficking, Amesterdão, 25-26 de Abril.

DAVIDOFF, Leonore (1979), "Class and Gender in Victorian England: The Diaries of Arthur J. Munby and Hannah Cullwick", *Feminist Studies*, 5, 87-141.

DOEZEMA, J. (1998) "Forced to choose: Beyond the voluntary v. forced prostitution dichotomy" in K. Kempadoo e J. Doezema (orgs.) *Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition*: 34-50, Nova Iorque: Routledge.

DURKHEIM, Emile [1974(1895)], *Las reglas del método sociológico*, Madrid: Morata.

DURKHEIM, Emile [1977(1893)], *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença, vol. I e II.

DURKHEIM, Émile (1983), *Lições de Sociologia – a Moral, o Direito e o Estado*, S. Paulo: T. A. Queiroz

DURKHEIM, Emile [1991(1912)], *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris: Librairie Générale Française.

ELIAS, Norbert [1980(1970)], *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.

ENGELS, Friedrich [1980(1884)], *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Lisboa: Editorial Presença.

EUROPEAN COMISSION (1996), Communication from the European Comission in the Council and the European Parliament on Trafficking in Women for the Purpose of Sexual Explotation.

FERREIRA, Virginia (1993), « Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu » in B.S.Santos (org), *Portugal: um retrato singular*. 231-257, Porto: Afrontamento.

FLANDRIN, Jean-Louis (1983), *Un temps pour embrasser. Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècle)*, Paris: Seuil.

FOUCAULT, Michel (1992), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade*, Lisboa: Relógio d'Água.

FOUCAULT, Michel (1996), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes.

FREUD, Sigmund [1975(1946)], *Abrégé de psychanalyse*, Paris: Presses Universitaires de France.

FUKUYAMA, Francis (1992), *The end of History and the last man*. Nova Iorque: The Free Press.

GARCÍA, A. Isabel B. (2008), Reseña sobre “Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira”, Porto:Afrontamento in *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 3: 403-407.

GERALDES, Alice (1987), *Gentes de minifúndio. Produção e reprodução social numa freguesia em mudança*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).

GERRY, Chris e Chris Birkbeck (1981) “The petty commodity producer in Third World cities: Petit-bourgeois or ‘disguised’ proletarian?”, in Frank Bechhofer e Brian Elliott (eds.), *The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies of the Uneasy Stratum*. MacMillan, Londres, 121-154.

GERRY, Chris e BIRKBECK, Chris (1985) “Les petits producteurs urbains du Tiers-Monde sont-ils de petits bourgeois?”. *Tiers Monde*, vol. 25, nº 101, 31-40.

GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Polity Press.

- GIDDENS, Anthony (1995), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras: Celta.
- GIL, Françoise (2005), "Sexualité et prostitution", in Marie-Élisabeth Handman e Janine Mossuz-Lavau (dirs.), *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière, 345-376.
- GLASER, B.G. e L. STRAUSS (1967), *The Discovery of Grounded Theory*, Chicago: Aldine.
- GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GOFFMAN, Erving (1974a), *Les rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio d'Água.
- GOODY, Jack (1983), *The development of the family and marriage in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GOULD, Arthur (2002), "Sweden's law on prostitution: feminism, drugs and the foreign threat", in Susanne Thorbek e Bandana Pattanaik (edited by), *Transnational prostitution: changing patterns in a global context*. Londres, Zed Books, 201-215.
- HANDAMAN, Marie-Élisabeth e MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs.) (2005a), *La Prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière.
- HANDAMAN, Marie-Elisabete (2005), "Enquêter sur la prostitution", in Marie-Élisabeth HANDAMAN e MOSSUZ-LAVAU, Janine (dirs.), *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière, 19-38.
- HANDAMAN, Marie-Elisabete e MOSSUZ-LAVAU, Janine (2005b), "Conclusion", in Marie-Élisabeth Handman e Janine Mossuz-Lavau (dirs.), *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière, 397-404.
- HANNERZ, Ulf (1987), "The world in creolization", *África*, 57(4), 576-59.
- HANNERZ, Ulf (1992), *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (1981) "Engendered Structures: Some problems in the Analysis of Reproduction", in J.S.Khan e J. R. Llobera (orgs.), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*: 109-147, Londres: MacMillan.
- HART, Angie (1998), *Buying and Selling Power: Anthropological Reflections on Prostitution in Spain*, Oxford: Westview Press.
- HENESSY, Rosemary (2003), "Class", in Eagleton (org.) *Feminist Theory*, Oxford: Blackwel.
- HEYL, Barbara (1979), "Prostitution: an extreme case of sex stratification", em Freda Adler e Rita Simon, *The Criminology of Women*: 196-210, Boston: Houghton.
- JACKSON, Stevi et al (org.) (1996), *Feminism and sexuality: a reader*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- JAMESON, Frederic (2001), *A cultura do dinheiro*. Petrópolis, Vozes.

JEFREYS, S. (1997), *The Idea of Prostitution*, Melbourne: Spinifex.

JENKINS, C. (1997), "Feminist Critiques of Prostitution as Work: Working against the Legitimation of Prostitution as Sex Work" in III Conferência Europeia de Investigação Feminista, *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Coimbra: Universidade de Coimbra.

JULIANO, Dolores (2005), "El trabajo sexual en la mira. Polémicas y estereotipos", *Cadernos Pagu*, 25: 79-106.

JULIANO, Dolores (2007), "Sobre trabajos y degradaciones" in M. Briz e C. Garaibazal (coords), *La prostitución a debate. Por los derechos de las prostitutas*: 27-42, Madrid: Talasa Ediciones.

KAUFMAN, Michael (org.) (1987), *Beyond Patriarchy: Essays by Men on Pleasure, Power and Change*, Nova Iorque, Toronto: Oxford University Press.

KEMPADOO, Kemala (1998), "Introduction Globalising 'Sex Workers' Rights" in K. Kempadoo e J. Doezema (orgs.) *Global Sex Workers: Rights, Resistance and Redefinition*: 1-28, Londres: Routledge.

KELLEN, José van der (2010), "Prostituição, migrações e a acção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras" in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (2010), *Mulheres da vida, mulheres com vida: Prostituição, Estado e Políticas*. Ribeirão, Húmus (no prelo).

KIMMELL, Michael e M. Messner (orgs.) (1992), *Men's Lives*, Basingstoke: Macmillan.

KINNELL, Hillary (2001), "Murderous clients and indifferent justice. Violence against sex workers in the UK", *Research for Sex Work*, 4: 22-24.

KRUHSE-MOUNTBURTON, Suzy (1995), "Sex tourism and traditional Australian male identity", em Marie-Françoise Lanfant et al. (orgs.), *International Tourism: Identity and Change*, Londres: Sage.

LAZARIDIS, G. (2001), "Trafficking and Prostitution: the Growing Exploitation of Migrant Women in Greece", *The European Journal of Women's Studies*, vol. 8, 67-102.

LEIDHOLDT, D. (1996), "Sexual Trafficking of Women in Europe: a Human Rights Crisis for the European Union" in R. Amy Elman (org) *Sexual Politics and the European Union: The New Feminist Challenge*. Providence e Oxford: Berghahn Books.

LISBOA, Manuel (coord.) (2009) *Referencial de Formação Sobre Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos para Profissionais de Saúde* – Estudo elaborado para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

LOMBROSO, Cesare (1893), *A Mulher Delinquente, a Prostituta e a Mulher Normal*, Lisboa.

LONCLE, François (2001), "A Europa Ocidental, proxeneta das mulheres de Leste", *Le Monde Diplomatique*, 32, 8-9.

LOPES, Ana (2006), *Trabalhadores do sexo uni-vos! Organização laboral na indústria do sexo*. Lisboa, Dom Quixote.

LOTES, Ilsa (1988), "Sexual socialization and attitudes toward rape", em Ann Burgess (org.), *Rape and Sexual Assault II*: 193-220, Nova Iorque: Garland.

LOUIS, Marie-Victoire (1999), “Bourdieu: défense et illustration de la domination masculine”, *Les Temps Modernes*, 604: 325-358.

LUHMAN, Niklas [1982(1970)], *The Differentiation of Society*, Nova Iorque: Columbia University Press.

MACHADO, Helena (2003), *Tribunais, género, ciência e cidadania. Uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade*, Braga: Universidade do Minho (policopiada).

MACHADO, Helena (2007), *Moralizar para identificar: cenários da investigação judicial da paternidade*, Porto: Afrontamento.

MACHADO, Helena ; SILVA, Susana (2010), “Narrativas judiciais em torno da prostituta-mãe: significados e vulnerabilidades no caso da investigação judicial da paternidade” em Carlos Silva e Fernando Bessa (orgs.) *Mulheres da Vida*, Edições Húmus.

MACKINNON, Catharine (1987), *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law*, Cambridge e Londres: Harvard University Press.

MANITA, Celina; OLIVEIRA, Alexandra (2002) *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*, Centro de Ciências do Comportamento Desviantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

MANNHEIM, Karl (1976), *A ideologia e a utopia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MANSON, Sven-Axel (1993), “L’homme dans le commerce du sexe”, em *La Prostitution Aujourd’hui*, Actas da III Universidade de Outono do Movimento Le Cri, sob o tema *Au Marché du Sexe: Client qui es-tu?*, Rens.

MARCUSE, Herbert (1972), *Eros et civilisation*, Paris: Editions Minuit.

MARCUSE, Herbert [1963(1955)], *Eros et Civilisation*, Paris: Éditions du Minuit.

MARQUES, Ana Paula; SILVA, Manuel Carlos; e VEIGA, Carlos (2006), *Assimetrias de género e classe – o caso de empresas em Barcelos*, Barcelos: Kerigma e Universidade do Minho.

MARTINS, Hermínio (1974), “Time and Theory in Sociology”, in J. Rex (org.), *Approaches to major trends in British Sociology*. 246-294, Londres: Routledge and Kegan Paul, 246-294.

MARTINS, Jorge (coord.) (2008) *Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual –Kit de apoio à formação para a prevenção e assistência às vítimas*.

MARX, Karl [1974(1967)], *O Capital, I e II*, Lisboa: Delfos.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1998(1848)], *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin.

MATHIEU, Lilian (2000), “L’espace de la prostitution: éléments empiriques et perspectives en sociologie de la déviance”, *Sociétés contemporaines*, 38, 99-116.

- MARTILLA, Anne-Maria (2003), "Consuming sex: finnish male clients and russian and Baltic prostitution", comunicação apresentada na *5th European Feminist Research Conference – Gender and Power in the New Europe*, Suécia, Lund University, 20-24 Agosto.
- MATZA, D. (1969). *Becoming deviant*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
- MEILLASSOUX, Claude (1977), *Mulheres, celeiros e capitais*, Porto: Afrontamento.
- MENEZES, I. (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: Livpsic.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo: Editora Mestre Jou.
- METTS, Sandra e Brian Spitzberg (1996), "Sexual communication in interpersonal contexts: a script-based approach", em B. Burleson (org.), *Communication Yearbook 19*, New Brunswick, NJ: International Communication Association, 49-91.
- MILL, Stuart [1966(1869)], "The Subjection of Women", in *Three Essays by J.S. Mill*, Londres: Oxford University Press.
- MILLET, Kate (1974), *Política sexual*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MONIZ, E. (1906). *A vida sexual. Pathologia* (2ª ed.). Lisboa: Ferreira & Oliveira Lda.
- NAHRA, Cinara (2000), *Malditas defesas morais*, Natal: Cooperativa Cultural UFRN.
- NENCEL, Lorraine (1994), "The Secrets behind Sexual Desire: The Construction of Male Sexuality in Lima, Peru", *Etnofoor*, VII (2), 59-75.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia (1998), *Prostitution, Power and Freedom*, Michigan: The University of Michigan Press.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia (2001), "Punter fiction: stories clients tell about their prostitute use", em Marjut Jyrkinen e Leena Karjalainen (orgs.), *Minors in the Sex Trade*, Comissão Europeia, Relatório do projecto "Stop".
- OLIVEIRA, Alexandra (2004), *As Vendedoras de Ilusões: Estudo sobre Prostituição, Alterne e "Striptease"*, Lisboa: Editorial Notícias.
- OLIVEIRA, Alexandra (2008), *O mundo da prostituição de rua: trajectórias, discursos e práticas. Um estudo etnográfico*, Porto: Universidade do Porto.
- O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras*, Lisboa: Dom Quixote.
- OPPERMANN, Martin (1999), "Sex tourism", *Annals of Tourism Research*, 26 (2): 251-266.
- PAIS, José Machado (1983), "A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX", *Análise Social*, vol XIX, 77-78-79:939-960.
- PAPATAXIARCHIS, Evthymios (1991), "Friends of the heart: male commensal solidarity, gender and kinship in Aegean Greece", em Peter Loizos e Evthymios Papataxiarchis (orgs.), *Contested Identities: Gender and Kinship in Modern Greece*:156-179, Princeton: Princeton University Press.

PARKER, Richard *et al.* (1991), "Sexual culture, HIV transmission and AIDS research", *The Journal of Sex Research*, 28 (1): 77-98.

PARKER, Richard (s.d.), "Aspectos antropológicos da epidemia do HIV/ aids no Brasil", em «<http://www.aids.gov.br/udtv/doc07.htm>», consultado em 2004.08.14.

PARSONS, Talcott (1956), "Family Structure and the Socialization of the Child", in T. Parsons e R. Bales (orgs), *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres: Routledge & Kegan Paul, 35-131.

PARSONS, Talcott (1988), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

PATEMAN, Carole (1988), *The sexual contract*, Stanford, CA: Stanford University Press.

PATTANAIK, Bandana (2002), "Where do we come from here?", in Susanne Thorbek e Bandana Pattanaik (edited by), *Transnational prostitution: changing patterns in a global context*. Londres, Zed Books, 217-230.

PEIXOTO, João *et al* (2005), *Tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*, Lisboa:ACIME.

PERISTIANY, J.G. [1988(1965)], "Introdução" in J. Peristiany (org), *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*: 3-10, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PERKINS Roberta (1991), *Working Girls: Prostitutes, Their Life and Social Control*, Camberra: Australian Institute of Criminology.

PHETERSON, Gail (1996), *The prostitution prism*, Amesterdão: Amsterdam University Press.

PHETERSON, Gail (2000), *El Prisma de la Prostitución*, Madrid: Ed. Talasa.

PHOENIX, Johanna (2000), "Prostitute Identities", *British Journal of Criminology*, vol. 40 (1), 37-55.

PINTO, José Madureira (1984), "Questões de metodologia sociológica, I, II e III", *Cadernos de Ciências Sociais*, 1:5-42, 2:113-140, 3:133-156.

PITT-RIVERS, Julian (1988), "Honra e posição social" in J.G.Peristiany (org), *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrâneas*:11-61, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 11-61.

POLANYI, Karl [1983 (1944)], *La grand transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris: Gallimard.

POPPER, Karl (1972), *Objective Knowledge – an evolutionary approach*, Oxford: The Claredon Press.

RAPHAEL, Jody e SHAPIRO, Deborah (2004), "Violence in indoor and outdoor prostitution venues", *Violence Against Women*, 10 (2):126-139.

REITER, Rayna (1975), "Men and Women in the South France. Public and Private Domains", in R. Reiter (org), *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press, 252-282.

RIBEIRO, Fernando Bessa e SACRAMENTO, Octávio (2006). "A ilusão da conquista: sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal", *Cronos*, vol. 7 (1), 161-172.

RIBEIRO, Fernando Bessa e SILVA, Manuel Carlos (2006) (orgs), *Corpos, dinheiro e afectos*, Lisboa: Congresso Português de Antropologia, Lisboa:APA, ISCTE, Instituto de Ciências Sociais; Universidade de Lisboa (no prelo).

RIBEIRO, Fernando Bessa (2009), “Imagens, erotismo e culturas ‘on the road’: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico”, *Configurações*, nº5/6, 241-255.

RIBEIRO, Manuela Ribeiro *et al* (2005a), *Prostituição abrigada em Clubes (zonas fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*, Lisboa: Comissão para Igualdade e para os direitos das mulheres.

RIBEIRO, Manuela *et al* (2005b), *Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos*, Vila Real:UTAD/UM/UBI.

RIBEIRO, Manuela e SACRAMENTO, Octávio (2005), “Violence against prostitutes. Finding of research in the spanish-portuguese frontier region” in *European Journal of Women’s Studies*, 12 (1),61-81.

RIBEIRO, Manuela, SILVA, Manuel Carlos, SCHOUTEN, Johanna, Ribeiro, BESSA, Fernando & SACRAMENTO, Octávio (2007), *Vidas na raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Edições Afrontamento.

RIPLEY, Amanda (2003), “When the ‘meninas’ came to town”, *TIME Europe Magazine*, Vol. 162 (15).

ROBERTS, Nickie (1996), *A Prostituição Através dos Tempos na Sociedade Ocidental*, Lisboa: Presença.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1976), “Comunidades migrantes em situação dipolar. Análise de três casos de emigração especializada para o E.U.A, para o Brasil e para a França” in *Análise Social*, vol XII, 48:983-997.

ROEMER, John (1995), *Un futuro para el socialismo*, Madrid: Critica.

RUBIN, Gayle (1975), *The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of sex” in R. Reiter (org) Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press.

RUBIN, Gayle (1992), “Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality” in Carole S. Vance (ed.), *Pleasure and danger: exploring female sexuality*:267-319, Londres: Pandora.

RUIZ, José Solana (2002), “Cuestionando estereotipos sobre las mujeres prostitutas”, *Gazeta de Antropología* 18, in http://www.ugr.es/~pwlac/G18_08JoseLuis_Solana_Ruiz.html», consultado em 2003.03.15.

SACRAMENTO, Octávio (2005), *Os Clientes da Prostituição Abrigada: A procura do Sexo Comercial na Perspectiva da Construção da Masculinidade*, Braga: Universidade do Minho (dissertação de mestrado).

SACRAMENTO, Octávio (2006), “Amor contrafeito: a emoção e a sua instrumentalização no meio prostitucional”, *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 5 (14/15):147-169.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1983), “Os conflitos urbanos no Recife: o caso Skylab”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-59.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org) *et al* (1993), *Portugal: um retrato singular*, Porto:Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Os processos da globalização” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização, fatalidade ou utopia?* Porto, Afrontamento, 31-106.

SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César (2003) “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Afrontamento, Porto, 21-63.

SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* (2007) *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*, Centro de Estudos Sociais (CES) Laboratório Associado Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto: Afrontamento.

SCAMBLER, G. e A. SCAMBLER (1997), *Rethinking Prostitution: Purchasing Sex in the 1990s*, Londres: Routledge.

SCHNEIDER, J. (1971), “Of vigilance and virgins: honor, shame and access to resources in Mediterranean societies”, *Ethnology*, vol. X (1), 1-24.

SEGALEN, Martine [1983(1980)], *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteenth Century*, Chicago: The University of Chicago Press.

SEIDLER, Victor (1994), *Unreasonable Men: Masculinity and Social Theory*, Londres: Routledge.

SEN, Amartya (1999), *Development as Freedom*, Oxford: Oxford University Press.

SHARPE, K. (1998) *Red light, blue light. Prostitutes, punters and the police*. Aldershot: Ashgate.

SHRAGE, Laurie (1994), *Moral Dilemmas of Feminism: Prostitution, Adultery and Abortion*, Londres: Routledge.

SHULKE, N. (2001), “O Fenómeno da prostituição na região da Galiza: enquadramento legal; estratégias de intervenção”, comunicação oral feita ao 2º *Workshop – Eixo Formação – Diversidade na Unidade: Experiências Internacionais e o seu Contexto*, Projecto de Rua em Rua, Porto: CIDM, 18 de Outubro.

SILVA, Manuel Carlos (1991), “Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico”, *Cadernos do Noroeste*, vol 4 (6-7), 79-99.

SILVA, Manuel Carlos [1998(1984)], *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (1998a), “Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 227-244.

SILVA, Manuel Carlos (2001), “Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português” in B.S.Santos et al. (orgs) *Brasil-Portugal: entre o passado e o futuro. O diálogo dos 500 anos*: 541-597, Recife, Rio de Janeiro:EMC Edições.

SILVA, Manuel Carlos (2002), “Sociedade, Trabalho e desenvolvimento: virtualidades e limites do pensamento de Sem” em *Cadernos de Noroeste*, série de Sociologia, Sociedade e Cultura, vol. III 323-348.

SILVA, Manuel Carlos (2003), “Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?”, in J. Portela e J.C. Caldas (orgs), *Portugal Chão*: 67-86, Oeiras: Celta Editora.

SILVA, Manuel Carlos (2005), “Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira:género, origens de classe e percursos sociais”, *Configurações*, 1:101-131.

SILVA, Manuel Carlos (2008),”Desigualdades de género: esbozo por um mapa proteórico”, *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 3:13-54.

SILVA, Manuel Carlos, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), “Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como ‘objecto de fronteira’”, *Cadernos do Noroeste, Série Sociedade e Cultura*, 4: 183-203.

SILVA, Manuel Carlos e RIBEIRO, Fernando Bessa (orgs) (2010), *Mulheres da vida, Mulheres com vida: Prostituição, Estado e políticas*, Vila Nova de Famalicão: Húmus.

SILVA, Susana (2007), “Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição em Portugal”, *Análise Social*, 184: 789-810.

SIMMEL, Georges (1977), *Sociologia. Estudio sobre las formas de socialización, I e II*, Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.

SIMON, John e GAGNON, William (1986), “Sexual scripts: Performance and change”, *Archives of Sexual Behavior*, 15 (3): 97-120.

SMITH, Neil (1997), “The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s”. *Public Culture*, 10(1): 169-189.

SOLANA, José Luis (2008), “El informe de la ponencia para el estudio de la situación actual de la prostitución en España”, in José Luis Solana e Estefanía Ación (eds.), *Los retos de la prostitución: estigmatización, derechos y respeto*. Albolote, Granada, 77-149.

STEGER, Manfred B. (2006) A globalização. Vila Nova de Famalicão, Quasi.

SULLIVAN, Barbara (1995), “Rethinking prostitution” in B. Caine e R. Pringle (orgs.), *Transitions: New Australian Feminisms*: 184-197, Sidney: Allen & Unwin.

THERBORN, Goran (2004), *Between sex and power. Families in the world, 1900-2000*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

VARANDAS, Isabel; SARAIVA, Ana Maria (1999) “Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres – Actas do (01) Seminário Internacional” Presidência do Conselho de Ministros, Comissão para a Igualdade e Cidadania, Porto.

VARANDAS, Isabel (coord.) (2008) *Mulheres Vítimas de Tráfico Para Fins de Exploração Sexual - Centro de Acolhimento e Protecção Manual para Operacionalização*.

VARANDAS, Isabel; MARTINS, Jorge (coord.) (2008) *Sinalização, Identificação, Integração de Mulheres Vítimas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual – Construção de um Guião*.

VERNIER, Johanne (2005), “La loi de la sécurité intérieure: punir les victimes du proxénétisme pour mieux les protéger?”, in Marie-Élisabeth Handman e Janine Mossuz-Lavau (dirs.), *La prostitution à Paris*, Paris: Éditions de la Martinière, 121-152.

VIEGAS, José Manuel e COSTA, António Firmino (orgs) (1998), *Portugal: que modernidade?*, Oeiras:Celta Editora.

WALBY, S. (1997), *Gender Transformations*, Londres: Routledge.

WALKOWITZ, Judith (1980), *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.

WALL, Karin (2005), “Introdução” in K.Wall et al (2005), *Família na sociedade portuguesa contemporânea*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin e AMÂNCIO, Lúcia (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

WALLERSTEIN, Immanuel (2002), *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*, Petrópolis: Vozes.

WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

WEEKS, J. (1986), *Sexuality*, Londres e Nova Iorque: Tavistock Publications.

WELZER-LANG, Daniel, ARBOSA, B Odette, MATIEU, Lilian (1994), *Prostitution, les uns, les unes et les autres*, Paris: Métalié.

WOLF, Eric (1974), *Les guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris: Maspero.

YOUNG, Iris Marion (1997), *Intersecting voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy*, Princeton: Princeton University Press.

ZARETSKY, Eli (1973), *Capitalism, the Family and Personal Life*, Nova Iorque: Harper.

2.2 Documentos em suporte electrónico

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2006) *Relatório Estatístico 2005*, Unidade de Estatística, disponível em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98 (último acesso a 22/09/2010).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2007) *Relatório Estatístico 2006*, Unidade de Estatística, disponível em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98 (último acesso a 22/09/2010).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2008) *Relatório Estatístico 2007*, Unidade de Estatística, disponível em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98 (último acesso a 22/09/2010).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2009) *Relatório Estatístico 2008*, Unidade de Estatística, disponível em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98 (último acesso a 22/09/2010).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2010) *Relatório Estatístico 2009*, Unidade de Estatística, disponível em http://www.apav.pt/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=98 (último acesso a 22/09/2010).

Direcção Geral da Política de Justiça (DGPJ) – Estatísticas da Justiça, em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica> (último acesso a 17/09/2010).

Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) disponível em <http://www.otsh.mai.gov.pt/> (último acesso a 22/09/2010).

www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.htm (consultado em 10 de Agosto de 2005).

www.europeangreens.org/peopleandparties/wgroups/prostitution.pdf (consultado em 19 de Outubro de 2005).

www.sexworkeurope.org, (consultado em 19 de Outubro de 2005).

www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u343552.shtml (consultado em 10 de Novembro de 2007).

2.3 Relatórios e outros documentos

Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD) (2009) *Recolha de dados e gestão de informação anti-tráfico na União Europeia – Um Manual, A situação na República Checa, Polónia, Portugal e República Eslovaca*, Vienna.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2008) *I Relatório Anual sobre a Implementação do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos – Período em Análise Julho/07 a Novembro/08* Presidência do Conselho de Ministros.

EUROJUST (2009) *Relatório Anual 2008*.

Ministério da Administração Interna (MAI) (2009) *Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2008*, Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Ministério da Administração Interna (MAI) (2010) *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*, Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral da Administração Interna (MAI – DGAI) (2009) *Sistema de Monitorização para o Tráfico de Seres Humanos – Análise Estatística dos casos registados durante o ano 2008 (Guia Único de Registo)*, Lisboa.

Ministério da Administração Interna, Observatório Tráfico Seres Humanos (MAI – OTSH) (2009) *Primeiro Plano Anual de Actividades*.

Ministério da Administração Interna, Observatório Tráfico Seres Humanos (MAI – OTSH) (2010) *Relatório Anual sobre o Tráfico de Seres Humanos 2009*.

Presidência do Conselho de Ministros (2007) Background Paper Conferência Tráfico de Seres Humanos e género, Porto.

Presidência do Conselho de Ministros (2007) Conferência Tráfico de Seres Humanos e Género – Declaração do Porto, Porto.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), (2009a) *Global report on Trafficking in Persons*.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), (2009b) *Model Law against trafficking in persons*, Vienna.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), (2009c) *Trafficking in Persons; Analysis on Europe*, Vienna.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), (2010a) “Organized Crime involvement in trafficking in persons and smuggling of migrants” Issue Paper.

United Nations Office on Drugs and Crime UNODC (2010b) *The Globalization of crime – a transnational organized crime threat assessment*, Vienna.

2.4 Legislação

Lei 59/2007, de 4 Setembro

Artigo 160º - Tráfico de Pessoas

Define as condições de punição no âmbito do crime do tráfico de seres humanos

Lei n.º 23/2007 de 4 Julho

Estabelece os direitos das vítimas de tráfico de seres humanos adultos e menores na regulação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional

Decreto de Lei n.º 368/2007 de 5 de Novembro

Estabelece os direitos das vítimas adultas de tráfico de seres humanos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007

I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010). Diário da República, 1ª série, n.º 119, 22 Junho de 2007

Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007

III Plano Nacional para a Igualdade Cidadania e Género (2007-2010). Diário da República, 1ª série, n.º 119, 22 Junho de 2007

Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de Novembro

Criação do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, no âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010). Diário da República, 1ª série, n.º 231, 27 de Novembro de 2008

2.5 Bibliografia complementar

Prostituição e tráfico de seres humanos para fins sexuais

ACIME (2003), Imigrantes são grupo de risco na saúde. Em <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=print&sid=263> (consultado em 15/11/2004).

ADLER, Laure (1993), *A vida nos bordéis de França (1830-1930)*. Lisboa, Terramar.

AFONSO, Maria Graziela G. (1984), *Estudo de casos: prostituição e espaço social - o caso do Intendente*. Lisboa: Universidade Nova.

ALEXANDER , Priscilla (2001) "Contextual Risk Versus Risk Behaviour. The Impact of the Legal, Social and Economic Context of Sex Work on Individual Risk Taking, *Research for Sex Work*, nº4, Amsterdam.

ALVES, Maria F. (2003), "Sexualidade e prevenção de DST/AIDS: representações sociais de homens rurais de um município da zona da mata pernambucana, Brasil", *Cad. Saúde Pública*, vol.19, supl.2, pp. 429-438.

AMADO, J.L (2002), "Contrato de trabalho prostitucional?", *Questões Laborais*, IX, 20.

AMARO, Fausto et al. (2004), "HIV/AIDS risk perception, attitudes and sexual behaviour in Portugal", *International Journal of STD & AIDS*, 15, pp. 56-60.

ANDERSON, Laura (s/d), *Working in Nevada*, in <http://www.bayswan.org/Laura.html> (em 15. 04. 2002).

ANDRADE, Pablo y Marta Casal (s/d), "Mujeres inmigrantes y prostitución en Galicia", em www.immersomigracion.upco.es/Documentos/Otros/congreso/datos/estrategias.htm (consultado em 12/01/05).

ARIES, Phillipe e A. Béjin (org.) (1983), *Sexualidades Ocidentais*. Lisboa, Contexto.

ARMSTRONG, E. (1978), "Massage parlors and their customers", *Archives of Sexual Behaviour*, 7, 117.

ARNOLD, K. (1977), "The introduction of poses to a peruvian brothel and changing images of male and female", in John Blacking (org.), *The Anthropology of the Body*, Londres: Academic Press, pp. 179-197.

BADINTER, Robert (2002), "Prostitution et pénalisation", *Le Monde*, 20 de Fevereiro.

BARKER, G. e L. Loewenstein (1996), *Where the Boys are: Promoting Greater Male involvement in Sexuality Education. Conclusions from a Qualitative Research in Rio de Janeiro*, R.J.: Cedus.

BARNARD, M., N. MacKeganey e A. Leyland (1993), "Risk behaviours among male clients of female prostitutes", *British Medical Journal*, 307, pp. 361-362.

BASTOS, Susana Pereira (1997), *O Estado Novo e os seus vadios: Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa, Dom Quixote.

BASTOW, Karen (1995), "Prostitution and HIV/AIDS", *HIV/AIDS Policy & Law Newsletter*, 2 (2).

BERG, P.M.W. van de e J.T.L. Scholten (1978) *Prostitutie in Nederland: een inventarisatie in 176 Nederlandse gemeenten* Amsterdam.

BERNSTEIN, Robert (1993), "La paradoja de las prostitutas", *Medicina Holística*, pp. 33-34.

BISHOP, Ryan e Lilian S. Robinson (1998), *Night market; Sexual cultures and the Thai economic miracle*. Nova Iorque e Londres, Routledge.

BLANC, Marie-Ève, Laurence Husson e Évelyne Micollier (org.) (2000), *Sociétés Asiatiques face au Sida*. Paris: L'Harmattan.

BOLTON, Ralph (1992), "Mapping terra incognita: Sex researchs for AIDS prevention – An urgent agenda for the 1990's", in Gilbert Herdt e Shirley Lindenbaum (orgs.), *The Time of AIDS: Social Analysis, Theory and Method*, Newbury Park: Sage Publications.

BONELLI Elena e Marcela Ulloa (coords) (2001), "Tráfico y Inmigración de Mujeres en España. Colombianas e Ecuatorianas en los Servicios Domesticos y Sexuales". (Informe). Ed. ACSUR-Las Segovias, Madrid.

BOSSENBROEK, Martin e Jan H. Kompagnie (1998) *Het mysterie van de verdwenen bordelen; Prostitutie in Nederland in de negentiende eeuw*. Amsterdam: Bert Bakker.

BRANDES, Stanley (1981) in: Shelly B. Ortner e H. Whitehead (org.), *Sexual meanings; the cultural construction of power and sexuality*. pp. *** Cambridge: Cambridge University Press.

BROWNMILLER, Susan (1975), *Against Our Will: Men, Women and Rape*, New York: Simon and Schuster.

BRUSSA, Licia (1998), "The TAMPED Project in Western Europe", in Kamala Kempadoo e Jo Doezema (eds.), *Global sex workers: rights, resistance, and redefinition*, Londres: Routledge, pp. 246-249.

BRUSSA, Licia (org.) (1999) *Health, Migration, Sex Work ; The experience of TAMPEP; transnational AIDS/STD prevention among migrant prostitutes in Europe* Amsterdam: TAMPEP.

CARPENTIER, Nico (1999) "Beelden van prostituees", *Communicatie: tijdschrift voor communicatiewetenschap en mediacultuur* 28.

CARRINGTON, Carmen e Claude Betts (2001), "Risk and Violence in Different Scenarios of Commercial Sex Work in Panama City", *Research for Sex Work*, nº4, Amsterdam.

CASTILHO de Andrade, M. Cristina (s/d), "Mulheres Prostituídas", em <http://www.hottopos.com/seminario/sem2/cris1.htm> (consultado em 12/03/04).

CHANT, Sylvia, e Cathy McIlwaine (1995), *Women of a lesser cost: female labour, foreign exchange and Philippine development*. London: Pluto.

COOK, Nerida (1998), "Dutiful daughters', estranged sisters; women in Thailand", in: Krishna Sen and Maila Stevens (orgs), *Gender and power in affluent Asia*, pp. 250-290.

COOK, Nerida and Peter Jackson (1998), *Gender and sexuality in modern Thailand*. Chiang Mai.

COOK, Nerida and Peter Jackson (1999), *Les filles de noce: Misère sexuelle et prostitution aux 19e et 20e siècles*. Paris: Flammarion [1978.]

Corbin, Alain (1990) "A relação íntima ou os prazeres da troca", in: Philippe Ariès e Georges DUBY (org.), *História da vida privada*, vol. IV, pp. 502-561. Porto: Afrontamento. [trad. do francês.]

CORBIN, Alain (1992), *Les Filles de Noce. Misère Sexuelle et Prostitution (XIX Siècle)*, Paris: Flammarion.

CORSO, Carla (2003), "Derribar las fronteras por el derecho a la inmigración". Com. apresentada às IV Jornadas Internacionales de la Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía: "La Violência de la Globalización y los Derechos Humanos", Sevilla, 11-12-13 Octubre.

COSTA, João Alves da (1983), *Droga e prostituição em Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote.

COSTA, José Martins Barra de e Lurdes Barata Alves (2001) *Prostituição 2001: O masculino e o feminino de rua*. Lisboa: Colibri.

COSTES, Aurélia (2001), "La légitimation de la prostitution dans l'Union européenne", em «<http://www.penelopes.org/archives/pages/docu/violence/prostitut09.rtf>» (consultado em 2005.02.25).

CRESPO, Jorge (1994), *Contribuição para o estudo do lenocínio em Portugal*. Coimbra: Livraria Académica.

D'ANDREA, Laura A. (2002) "Marcos nuevos para investigaciones vinculadas con el trabajo sexual". *Research for Sex Work*, 5, junio 2002, 30-32.

D'ANDREA, Laura Maria A. (2003), "La batalla por la 'verdad' sobre los trabajadores sexuales" *Ofrim suplementos*, 1-12.

D'AULNOIT, Béatrix (2000) "Suède: mais où sont passées les prostituées?", *Cosmopolitan* (edição francesa), n.º 314, 125-129.

DAVENPORT-HINES, Richard (1991) *Sex, death and punishment: Attitudes to sex and sexuality in Britain since the Renaissance*. London: Collins [1990.]

DAY, S., H. Ward e L. Perrota (1993), "Prostitution and HIV: male partners of female prostitutes", *British Medical Journal*, 307, 359-361.

DAY, Sophie (1994), "L'argent et l'esprit d'entreprise chez les prostituées à Londres", *Terrain*, 23, 99-114.

DEGLER, Carl N. (1999), "What ought to be and what was: Women's sexuality in the nineteenth century", in Judith Walzer Leavitt (org.) *Women and health in America*, pp. 192-222. Madison: University of Wisconsin Press.

DESCHAMPS, Catherine (2003), "Clandestinité et partage de territoire: la prostitution de rue à Paris", *Gradhiva*, 33: 103-109.

DINIZ, Simone (2001), "Gênero e prevenção das DST/AIDS", em http://www.mulheres.org.br/documentos/relacoes_de_genero.doc (consultado em 2005.02.16).

DUARTE, A. e H. Clemente (1982), *Prostituição masculina em Lisboa*. Lisboa: Contra-Regra.

DUERR, Hans Peter (1988), *Nacktheit und Scham; Der Mythos vom Zivilisationsprozess*. Band 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

DUERR, Hans Peter (1990), *Intimitat; Der Mythos vom Zivilisationsprozess*. Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

EDER, Franz X., Lesley Hall e Gert Hekma (org.) (1999), *Sexual cultures in Europe: Themes in sexuality*. Manchester: Manchester University Press.

ELIAS, James *et al.* (orgs.) (1998), *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books.

ELLIS, Albert (1959), "Why married men visit prostitutes", *Sexology*, 25, 344-347.

ENNEW, Judith (1986), *The Sexual Exploitation of Children*, Cambridge: Polity Press.

FALCÓN, Lidia (1967), "Publicidad Para la Profesión que no Tiene Nombre", *Cromosoma X*, nº10.

- FARLEY, Melissa *et al.* (1998), "Prostitution in Five Countries : Violence and Post - Traumatic Stress Disorder", *Feminism & Psychology*, Vol. 8 (4), San Francisco.
- FAUGIER, J., C. Hayes e C. Butterworth (1992), "Researching male clients of female prostitutes: the challenge for HIV prevention", *AIDS Care*, 7, 1.
- FONSECA, Ângelo (1902), *Da prostituição em Portugal*. Porto: Tipografia Ocidental. [tese de doutoramento.]
- FONSECA, Aureliano B. da (1964), "Alguns aspectos da prostituição no Porto", *O Médico*, 680: 20-28.
- FREDERICK, John e Thomas L. Kelly (org.) (2001/2) *Fallen angels: The sex workers of South Asia*. New Delhi: Lustre Press, Roli Books.
- GEMME, R. *et al.* (1984), "A report on prostitution on Quebec", *Working Papers on Prostitution and Pornography*, Report n.º 11, Ottawa: Department of Justice.
- GELDER, Paul van, "De nationale straat / Es-sariá wataniya'; Etnografisch onderzoek naar Marokkaanse prostitueebezoekeers", *Medische Antropologie* 14: 149-163.
- GIÃO, Armando (1891), *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa*, Lisboa.
- GIBBENS, T. e M. Silberman (1960), "The clients of prostitutes", *British Journal of Venereal Diseases*, 36, 113-117.
- GIL, Françoise (2003), "De la prostitution", *Gradhiva*, n.º. 33, pp. 111-118.
- GLOVER, E. (1943), *The Psychopathology of Prostitution*, Londres, Institute for the Study and Treatment of Delinquency.
- GODDARD, Victoria (1987), "Honour and shame: the control of women's sexuality and group identity in Naples", in: Pat Caplan (org.), *The cultural construction of sexuality*, pp. 166-192. London: Routledge.
- GOLDEN, Arthur (1999), *Memoirs of a Geisha*. London: Vintage.
- GOMES, Augusto Bogalho (1913), *História completa da prostituição*, Lisboa.
- GONZÁLEZ, E. e MARTÍNEZ, F. (2002), *De la Exclusión al Estigma: Mujeres Inmigrantes Africanas en Contextos de Prostitución en el Poniente Almeriense. Una Aproximación*, Almería: Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía.
- GONZÁLEZ, Rafael Alcaide (2004), "La higiene de la prostitución en Barcelona: una aproximación a los contenidos médico-sociales del higienismo en España durante el siglo XIX". Estudio Introductorio à obra de Prudencio Sereñana y Partagás *La Prostitución en la Ciudad de Barcelona Estudiada como Enfermedad Social y Considerada como Origen de Otras Enfermedades Dinámicas, Orgánicas y Morales de la Población Barcelonesa*. Barcelona: Imprenta de los Sucesores de Ramírez y Cía. 1882. Edición y estudio introductorio por Rafael Alcaide González. Colección Geocrítica. Textos Electrónicos nº 2.
- GRAFF, R. de (1995), *Prostitutes and their clients, sexual networks and determinants of condom use*. Thesis University of Amsterdam.

GROEN, Marianne (1987), *Hoerenboek*. Amsterdam: Feministische Uitgeverij Sara.

GURR, Ted Rober (1970), *Why Men Rebel*, Princeton: Nova Jersey: Princeton University Press.

HAAVIO-MANNILA, E. e A. Rotkirch (2000), "Gender liberalisation and polarisation : comparing sexuality in St. Petersburg, Finland and Sweden", *The Finish Review of East European Studies*, 7 (3-4).

HABIB, Claude (1994), *Pensées sur la prostitution*, Paris: Belin.

HALL, C. Michael (1992) "Sex tourism in South-east Asia", in: David Harrison (org.), *Tourism and the less developed countries*, pp 64-74. London: Belhaven.

HARRISON, Rachel (2001), "Prostitution, politics and power: Issues of the 'foreign' in western television documentaries of female sex workers in Thailand", in: Shoma Munshi (ed.), *Images of the 'modern woman' in Asia; Global media, local meanings*, pp. 138-168. London: Routledge Curzon.

HART, Angie (1994), *Missing masculinity? Prostitutes' clients in Alicante, Spain*, in: Cornwall e Nancy Lindisfarne (org.), *Dislocating masculinity; Comparative ethnographies*, pp. 48-65. London: Routledge.

HEALY, Catherine e Anna Reed (1994), "The healthy hooker", *New Internationalist*, 252, pp. 16-17.

HELM, Thérèse (2002), "Migrations and Mobility of Sex Workers in the Netherlands", *Research for Sex Work*, n.º 5, em <http://www.med.vu.nl/hcc/artikelen/vdhelm.htm> (consultado em 15/11/ 2002).

HENAO, Paul Andres, Luisa F. Lema Andres F. Gonzales, Sandra España e Rocio Del Pilar (s/d), "¿Cuales son las causas que influyen en el ejercicio de la prostitucion de mujeres en la ciudad de Palmira?", em <http://correo.puj.edu.co/proyectosintesis/HIPERVINCULOS/PROSTITUCION/PM99201b.htm> (consultado em 13/03/05).

HERANZ, Blanca et al. (2002), *Aproximación a la Realidad de la Prostitución Feminina en la Provincia de Salamanca – Año 2001*, Salamanca: Copisteria OPE.

HESSENLINK, Liesbeth (1984), *Het zijn toch allemaal hoeren van nature; Standpunten over prostitutie in Nederlands-Indie en de daarmee samenhangende beelden van vrouwen*. Comunicação, Universidade de Leiden.

HICKMAN, Katie, *Courtesans: Money, sex and fame in the nineteenth century*.

HIRSCH, Michèle (1996), "Plan d' action de lutte contre la traite des femmes et la prostitution forcée", Estrasburgo: Comité Directeur pour l'egalité entre les femmes et les hommes, Conseil de l'Europe.

HOIGARD, Cecile e Liv Finstad (1992), *Backstreets, Prostitution, Money and Love*, Cambridge: Polity Press.

HOWARD, Keith (1995), *True stories of the Korean comfort women*. London: Cassel.

HUSSON, Laurence (2000), «Sexualité, prostitution et sida en milieu urbain indonésien », in: Marie-Ève Blanc, Laurence.

ILIINA, S. e I. Kalugin (2001), "The Russian customers of sex service's attitudes toward prostitution and violence", em <http://www.psychology.ru/siliina/publications/russiancustomers.doc> (consultado em 10.03.2005).

IRRAZABAI, Gabriela (2004), "Argentinean Sex workers taking care from themselves. The experience of AMMAL", *Sex Work*, nº 7, pp. 14-15.

JAKOBSON, Maria (2002), "Why do men buy sex?", *NIKK – Nordic Institute for Women's Studies and Gender Research*, 1, pp. 22-25.

JÁUDENES, E. B. (2001), "Abordando las Claves del Problema". Em Elena Bonelli Jáudenes *et al.* - *Tráfico e Inmigración de Mujeres en España. Colombianas y Ecuatorianas en los Servicios Domésticos y Sexuales*, Ed. ACSUR- Las Segovias, Madrid, pp. 19-25.

JEFFREYS, Sheila (1999), "Globalizing sexual exploitation: sex tourism and the traffic in women", *Leisure Studies* 18: 179-196.

JIMENEZ, Antón e Diego Vallejo (1997/98), Estudio sobre la prostitución femenina en la comunidad de Castilla y León, Junta de Castilla y León, documentos da mujer.

JONES, Gavin W., Endang Sulistyaningsih e Terence H. Hull (1999), "Prostitution in Indonesia" in Lin (org.), *The sex sector*, pp. 29-66.

JULIANO, Dolores (2002), *La prostitución: el espejo oscuro*. Barcelona: Icaria Editorial.

KHATINI, Slamah (1998), "Transgenders and sex work in Malaysia", in: K. Kempadoo and J. Doezema *Global sex workers: Rights, resistance, and redefinition.*, London: Routledge, 210-214.

KIMMEL, Michael (1997), "Homophobia, fear, shame, and silence in masculine identity", em T. Valdés e J. Olavarría (orgs.), *Masculinidades: Poder y Crisis*, FLACSO, Chile: Ediciones de las Mujeres, 24, pp. 49-61.

KINNEL, H. e R. K. Griffiths (1989), "Male clients of female prostitutes in Birmingham. England: A bridge for transmission of HIV?", *Central Birmingham Health Authority*, Department of Public Health.

KRUHSE-MOUNTBURTON, S. (1992), "AIDS awareness and condom use: attitudes of male clients of heterosexual prostitution in the NT", *National AIDS Bulletin*, Agosto, pp. 41-44.

LEE, Wendy (1991), "Prostitution and tourism in South-East Asia", in: Nanneke Redclift e Thea Sinclair (org.),

LEGARDINIER, Claudine (1997), *La Prostitución*, Madrid: Esenciales Paradigma.

LEMOs JÚNIOR, Alfredo Tovar de (1908), *A Prostituição: Estudo anthropologico da prostituta portugueza*. Lisboa: Centro Typographico Colonial.

LEMOs JÚNIOR, Alfredo Tovar de (1948), O serviço de inspecção de toleradas. No ano de 1947. Lisboa: Tipografia Americana.

LEMONS, A. Tovar de (1953), *Inquérito acerca da prostituição e doenças venéreas em Portugal*, Lisboa: Editorial Império.

LEVENKRON, Dahan (2003), *Women as Commodities. Trafficking in Women in Israel 2003*. Hotline for Migrant workers, Isha L'Isha - Haifa Feminist Center, Adva Center.

LEWIS, Milton, Scott Bamber, e Michael Waugh (org.) (1997), *Sex, disease, and society*. Westport: Greenwood Press.

LIBERATO, Maria Isabel Viegas (2000), "Da tolerância da prostituição à exclusão social da prostituta (1841-1926)", in: Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro (org.), *Exclusão na História*, pp. 53-68. Lisboa: Celta.

LIBERATO, Maria Isabel Viegas (2002), *Sexo, ciência, poder e exclusão social; A tolerância da prostituição em Portugal (1841-1926)*. Lisboa: Livros do Brasil.

LIN, Lean Lim (1998), *The sex sector: The economic and social bases of prostitution in Southeast Asia*. Geneva: International Labour Office.

Loizos, Peter (1994), "A broken mirror; masculine sexuality in Greek ethnography", in Cornwall e Nancy Lindisfarne (org.), *Dislocating masculinity*, pp.66-81. London: Routledge.

LONCLE, François (2001), "A Europa Ocidental, proxeneta das mulheres de Leste", *Le Monde Diplomatique*, n.º 32, 8-9.

LOPEZ-JONES, Nina (1988), "Workers: Introducing the English Collective of Prostitutes", in Frédérique Delacoste e Priscilla Alexander (eds.), *Sex Work : Writings by Women in the Sex Industry*, London: Virago, pp. 271-278.

LORBER, Judith e FARRELL, Susan A. (1991) (orgs) *The Social Construction of Gender*, Londres, Nova Deli: Sage Publications.

MANDERSON, Lenore e Margaret Jolly (org.) (1997), *Sites of desire, economies of pleasures: Sexualities in Asia and the Pacific*. Chicago, University of Chicago Press.

MATHIEU, Lilian (2003), "The Emergence and Uncertain Outcomes of Prostitutes' Social Movements". *The Journal of Women Studies*, Vol.10, nº1, pp 29-50.

McKEGANEY, N. (1994), "Why do men buy sex and what are their assessments of HIV related risks when they do?", *AIDS Care*, 6 (3), pp. 289-301.

McKEGANEY, N. e M. Barnard (1996), *Sex Work on the Streets: Prostitutes and their Clients*, Buckingham: Open University Press.

McLEOD, Eileen, 1982, *Working Women: Prostitution Now*, Londres, Croom Helm.

MEDEIROS, R. (1999), *A Representação Simbólica dos Preservativos e as Alternativas para a Prevenção de DST/Aids nos Ambientes de Prostituição de Barcelona (Espanha) e Belo Horizonte (Brasil)*, M.G.: PUC.

MEDEIROS, Regina de Paula (2000) *Hablan las Putas*. Virus Editorial.

- MENDOZA, Rocio (1999), "Prólogo a la edición española", in: Siriporn Skrobanek, Nattaya Boonpakdi e Chutima Janthakeero (org.) Tráfico de mujeres; Realidades humanas en el negocio internacional del sexo, pp 9-13. Madrid: Narcea. [1997].
- MENS, Lucie van (1992), Prostitutie in bedrijf; organisatie, management en arbeidsverhoudingen in seksclubs en privéhuizen. Delft: Eburon.
- MILLETT, Kate (1971) The prostitution papers. New York: Avon Books.
- MONTREYNAUD, Florence (1999), «La prostitution, un droit de l'homme? », Manière de Voir 19-21.
- MURRAY, Alison (1991), No money, no honey: a study of street traders and prostitutes in Jakarta. Singapore. Oxford University Press.
- NAVARRO, Vicenç *et al.* (2001), *Anàlisi de la Prostitució Femenina a Catalunya: propostes Executives i legislatives per Millorar una Situació Problemàtica*, Barcelona: Programa de polítiques públiques i socials de la Universitat Pompeu Fabra.
- NELSON, Nici¹ (1987), "Selling her kiosk: Kikuyu notions of sexuality and sex for sale in Mathare valley, Kenya", em Pat Caplan (org.), *The Cultural Construction of Sexuality*, Londres: Tavistock, pp. 217-239.
- O' CONNELL-DAVIDSON, Julia (1995), "British sex tourists in Thailand", in M. Maynard e J. Purvis (orgs.), *(Hetero)Sexual Politics*, Londres: Taylor & Francis.
- OBANDO, Ana Elena (2003), "Trabajadoras Sexuales Migrantes", em <http://www.whrnet.org/docs/tema-trabsexmigrantes.html> (consultado em 16/07/04).
- OLAVARRÍA, J. *et al.* (1998), *Literature Review for the Symposium on Male Participation in Sexual and Reproductive Health: New Paradigms*, em «http://www.ippfwhr.org/publications/download/monographs/mi_symp_litrev_e.pdf», consultado em 2004.05.07.
- OLIVEIRA, Maria *et al.* (2001), "Taking a Look at Sex Work, Risks and Violence in Brazil", *Research for Sex Work*, nº4, Amsterdam.
- PAIS, José Machado (1985), A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX aos inícios do século XX. Lisboa: Ed. Querco.
- PARENT, C. e C. Coderre (2000), "Le corps social de la prostituée: regards criminologiques", em S. Frigon & M. Kérésit (orgs.), *Du Corps des Femmes: Contrôles, Surveillances, Résistances*, Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, pp. 93-124.
- PARENT, Colette (2001), "Les identités sexuelles et les travailleuses de l'industrie du sexe à l'aube du nouveau millénaire", *Sociologie et Sociétés*, 33 (1), pp. 159-178.
- PARENT-DUCHÂLET, A. J. B. (1981 [1857]), *De la Prostitution Dans la Ville de Paris*, 3e édition, Paris: Bailliere.
- PARENT-DUCHÂTELET, Alexander (1981), *La prostitution a Paris au XIX^e siècle*, Paris: Seuil.
- PAUL, Amy Raquel (1997) *"It isn't love, it's business": prostitution as entrepreneurship and its implications for Barbados*, Ph D Dissertation, UCLA.

PERKINS, Roberta e BENNETT, Garry (1985), *Being a Prostitute: Prostitute Women and Prostitute Men*, Sydney, London and Boston: George Allen & Unwin.

PERKINS, Roberta e BENNETT, Garry (1985), *Being a Prostitute: Prostitute Women and Prostitute Men*, Sydney, London and Boston: George Allen & Unwin.

PINTO, José M. Silva (1991) *Violência e prostituição*. Lisboa. ISCSP, mestrado.

PISANO, Isabel (2002) *Yo Puta. Hablan las Prostitutas*, Barcelona : Plaza & Janés Editores.

PLUMRIDGE, E. *et al.*, 1997, "Discourses of emotionality in commercial sex: the missing client voice", *Feminism and Psychology*, n.º 7, pp.165-181.

PRICE, Joshua, 2001, "Violence Against Prostitutes and a Re-evaluation of the Counterpublic Sphere", *Genders*, nº34, Colorado.

RAYMOND, Janice (2003), "Não à Legalização da prostituição: 10 Razões para a prostituição não ser legalizada", Coalition Against Trafficking in Women.

RIBEIRO, Manuela e Octávio Sacramento (2002), "Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico: um caso muito particular de circulação de pessoas", *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura 4, Série Sociologia*, 18 (1-2), pp. 205-227.

RICHARD, A. (1999), "International trafficking in women to the United States: a contemporary manifestation of slavery and organized crime", *Exceptional Intelligence Analyst Program* (Center for the Study of Intelligence – State Department's Bureau of Intelligence and Research).

RIOPEDRE, José (2004), *Mara y sus Amigas: Investigación sobre la Prostitución en Galicia*, Madrid: Editorial Manuscritos.

ROBSON, Robbie (s/d), "Decriminalising of Prostitution", em <http://www.iusw.org/policy/index.html>, (consultado em 2004.09.06).

RODRIGUES, Ângelo (1902), *Da prostituição em Portugal*, Porto.

ROUNDING, Virginia (2003) *Grandes Horizontales: The lives and legends of four nineteenth-century courtesans*. New York: Bloomsbury USA.

RUBIO HERANZ, Blanca *et al.* (2001) *Aproximación a la realidad de la prostitución femenina en la provincia de Salamanca*. Salamanca: Copisteria OPE.

SACRAMENTO, Octávio (2004), "Gigantes com pés de barro: sobre as ambiguidades que permeiam a (des)construção da masculinidade entre os clientes da prostituição transfronteiriça ibérica", *comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, 12-15 Maio.

SALLES, Catherine (1982), *Les bas-fonds de l'Antiquité*. Paris: Laffont.

SALLES, Catherine (1995) *De zelfkant van de Oudheid (Straatmadeliefjes en schandknappen)*. Ambo, Flamingo.

SCHOOR, Leonie van den (2003) "CSW struikelt over prostitutie en pornografie", E-quality Matters 4, April 2003) p.1.

SCHUTTER, Martine de (s/d), *New Paradigms for Male Participation in Sexual and Reproductive Health in Latin America*, em http://www.iued.unige.ch/information/publications/pdf/yp_genre_homme/yp_13hom_schutter.pdf - consultado em 2004.05.19.

SCHWARZENBACH, Sibyl (1998), "On owning the body", em James Elias *et al.*, *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books.

SEAGRAVES, Anne (2003) *Soiled doves: Prostitution in the Early West*. Wesanne Publishers.

SEREÑANA Y PARTAGÁS, Prudencio (1882), *La Prostitución en la Ciudad de Barcelona Estudiada como Enfermedad Social y Considerada como Origen de Otras Enfermedades Dinámicas, Orgánicas y Morales de la Población Barcelonesa*. Barcelona: Imprenta de los Sucesores de Ramírez y Cía. Edición y estudio introductorio por Rafael Alcaide González. Colección Geocrítica. Textos Electrónicos nº 2.

Servicio Galego de Igualdade – Consellería de Familia, Xuventude, Deporte e Voluntariado (editor) (2004), *A prostitución feminina na Comunidade Autónoma de Galicia*. S.I., Xunta de Galicia.

SILVA, Susana M. (2001), *As Fronteiras das Ambivalências: Controlo e Poder Institucionais Sobre a Prostituição Feminina*, Braga: Universidade do Minho.

SILVA, Susana (2007) "Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal" em *Análise Social* Vol. XLII (3.º), 2007 (n.º 184), pp. 789-810.

SIMPSON, M. e T. Schill, 1977, "Patrons of massage parlors: some facts and figures", *Archives of Sexual Behaviour*, 6 (6), 521-525.

SKROBANEK, Siriporn, Nattaya Boonpakdi e Chutima Janthakeero (1999), *Tráfico de mujeres; Realidades humanas en el negocio internacional del sexo*. Madrid: Narcea. [1997].

SMITH-ROSENBERG, Carroll e Charles E. Rosenberg (1999) "The female animal: medical and biological views of Woman and her role in nineteenth-century America", in: Judith Walzer Leavitt (org.) *Women and health in America*, pp. 111-130. Madison: University of Wisconsin Press.

SOLÉ, Jacques (1994), *L'Age d'Or de la Prostitution de 1870 à nos Jours*, Paris: Hachette.

SOUTH AFRICAN COMMISSION LAW (2002), *Sexual Offences: Adult Prostitution*, Project 107 - Sexual Offences, Issue Paper 19.

STERREN, Anke van der, Alison Murray e Terry Hull (1997) "A history of sexually transmitted diseases in the Indonesian Archipelago since 1811", in: Milton Lewis, Scott Bamber, e Michael Waugh (org.) *Sex, disease, and society; a comparative history* o, pp. 203-230. Westport: Greenwood Press.

STOOP, Chris de (2003a). *Ze zijn zo lief, meneer; Over vrouwenhandelaars, meisjesballetten en de bende van de Miljardair*. Amsterdam: De Bezige Bij. [1992.]

STOOP, Chris de (2003b). *Zij kwamen uit het Oosten; Een vertelling*. Amsterdam: De Bezige Bij.

SUNINDYO, Saraswati (1993), *She who earns: the politics of prostitution in Java*. PhD thesis University of Wisconsin, Madison.

TABET, Paola (1987), "Do don au tarif: les relations sexuelles impliquant une compensation". *Les temps modernes*, 490: 1-53.

TANAKA, Yuki (2002) *Japan's comfort women; Sexual slavery and prostitution during World War II and the US Occupation*. London: Routledge.

TÉQUI, Gaelle (2004), "Discrimination of sex workers in health care settings in France", *Sex Work*, n° 7, pp. 16-18.

TRAMITZ, A. (2001), "Prostitution in the western world", in C. Bishop e X. Osthelder (orgs.), *Sexualia. From Prehistory to Cyberspace*, Colónia: Könnemann.

VAN DIJK, N. (1998), "Trafficking in women in the postcommunist countries in central and eastern europe", em La Strada Ceska Republica (org.), *Traffick in Women in Postcommunist Countries of Central and Eastern Europe*, paper apresentado na Czech-Ukrainian Conference, Praga, 27 e 28 de Novembro.

VANWESENBEECK, W.M.A. (1994) *Prostitutes' well-being and risk*. Amsterdam: VU University Press.

VANWESENBEECK I., M. Hoing, P. Vennix (2002) *De sociale positie van prostituees in de gereguleerde bedrijven, een jaar na wetswijziging*. Utrecht/ Den Haag: Rutgers NISSO Groep, WODC, Ministerie van Justitie.

VARANDAS, Isabel e Lurdes Alves Barata (2002), *Atravessar a vida ao contrário: Ser prostituta (histórias de/a vida)*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

VENICZ, L. e I. Vanwesenbeeck (1998) *Aard en omvang van (gedwongen) prostitutie onder minderjarige (allochtone) meisjes*. Utrecht. NISSO.

VENICZ, L. e I. Vanwesenbeeck (2000) *Er gaat iets veranderen in de prostitutie...: de sociale positie en het psychosociaal welzijn van prostituees in prostitutiebedrijven voorafgaand aan de opheffing van het bordeelverbod [...]*. [Utrecht:] NISSO.

VLEUTEN, N van der (1991) "Survey on 'Traffic in women'. Policies and policy - research in an international context". Leiden: Vena Working Paper n° 91/1.

VOLMULLER, J. (1965) *Prostitutie in Nederland*. Amsterdam.

VRIES, Petra de (1997) *Kuisheid voor mannen, vrijheid voor vrouwen; De reglementering en bestrijding van prostitutie in Nederland, 1850-1911*. Hilversum: Verloren.

WALKOWITZ, J.R. (1991), "Sexualités dangereuses", em G. Ruby & M. Perrot (orgs.), *Histoires des Femmes en Occident, le XIX Siècle*, Paris: Plon, pp. 389-418.

WALKOWITZ, Judith et al. (1992) *City of dreadful delight: Narratives of sexual danger in Late-Victorian London*.

WEST, Jackie (2000) "Prostitution: collectives and the politics of regulation", *Gender, Work and Organisation* 7, 2. April 2000.

WIJERS, M. & LAP-CHEW, L. (1997), *Trafficking in Women: Forced Labour, and Slavery-Like Practices*, Utrecht: STV.

WINICK, C.(1962), "Prostitutes 'clients' perceptions of the prostitutes and of themselves", *International Journal of Social Psychiatry*, 8 (4), pp. 289-299.

Outros tipos de tráfico

Additional Protocol to the Convention on Human Rights and Biomedicine concerning transplantation of organs and tissues of human origin Council of Europe, Strasbourg, 24.I. 2002, Disponível em: <http://conventions.coe.int/treaty/en/treaties/html/186.htm>

Convention on Human Rights and Biomedicine, Council of Europe, Oviedo, 4., IV. (1997) - Convention for the Protection of Human Rights and Dignity of the Human Being with regard to the Application of Biology and Medicine: Convention on Human Rights and Biomedicine, disponível em: <http://conventions.coe.int/treaty/en/treaties/html/164.htm>

General Assembly resolution 59/156 on preventing, combating and punishing trafficking in human organs, disponível em: www.un.org/Depts/dhl/resguide/r59.htm

Initiative of the Hellenic Republic with a view to adopting a Council Framework Decision concerning the prevention and control of trafficking in human organs and tissues Council of the European Union, 2003/C 100/13, disponível em: www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P5-TA-2003-0457+0+DOC+XML+V0//EN&language=LV

Lusa (15 de Abril de 2008) *Tráfico de pessoas para exploração sexual e laboral aumenta em Portugal - inspectora do SEF*, disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/trafico-de-pessoas-para-exploracao-sexual-e-laboral-aumenta-em-portugal-inspectora-do-sef=f295307>

PEARSON, Elaine (2004) 'Coercion in the Kidney Trade? A background study on trafficking in human organs worldwide' Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH, visitado a 5 Novembro 2010, disponível em: www.gtz.de/de/dokumente/en-svbf-organ-trafficking-e.pdf

Report of the Secretary-General to the Commission on Crime Prevention and Criminal Justice on preventing, combating and punishing trafficking in human organs (E/CN.15/2006/10), disponível em: www.unodc.org/unodc/en/commissions/CCPCJ/session/15.html

Resolution WHA57/18 adopted by the Fifty-seventh World Health Assembly, disponível em: www.who.int/ethics/en/A57_R18-en.pdf

UN.GIFT United Nations Global Initiative to fight Human Trafficking (2008) Background Paper *The Vienna Forum to fight Human Trafficking* 13-15 February 2008, Austria Center Vienna, 011 Workshop: Human Trafficking for the Removal of Organs and Body Parts.

United Nations Convention Against Transnational Organized Crime and the Protocols thereto, UNODC, October 2004, p.285-286, disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CTOC/legislative-guide.html>

World Health Organization: <http://www.who.int/ethics/en/>

Associações

COFS – Coalition for Organ-Failure Solutions (<http://www.cofs.org/index.html>)

UNOS – United Network for organ sharing (<http://www.unos.org/>)

Organs Watch (<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/>)

CORE – Center for Organ Recovery & Education (<http://www.core.org/>)

Teses de mestrado

ALVES, Ana Maria da Rocha Pereira Cardoso (2009) *Percursos de vida : a prostituição no Porto na década de 60/70*, Porto: [Edição de Autor]. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13228>

CHAVES, Isaque Teixeira Figueira de (2007) *Prostituição feminina de rua: criminalidade e percepção do sentimento de insegurança* Tese de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 2007. Disponível em: http://digito0101.sibul.ul.pt/R/SCK4I8A9JNHXEA5422R8GYBLJNVLV1Q8Y599AYHICF258A3VMC-00189?func=results-jump-full&set_entry=000001&set_number=000080&base=GEN01

DIAS, Inês Cordeiro Silva (2007) *A figura da prostituta em Henry Miller e Brassai* Tese de mestrado em Estudos Comparatistas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: http://digito0101.sibul.ul.pt/R/SCK4I8A9JNHXEA5422R8GYBLJNVLV1Q8Y599AYHICF258A3VMC-01040?func=results-jump-full&set_entry=000004&set_number=000090&base=GEN01

DINIZ, Maria Ilidiana (2009) *Silenciosas e silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN*. Tese de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em : <http://bdtd.ibict.br/pt/inicio.html>

FILIPPE, Anabela Ferreira (2009) *Tráfico de seres humanos : análise de uma escravatura contemporânea* Tese de mestrado, Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1057>

MAGALHÃES, Raquel Sofia Moutinho (2006) *Promoção da saúde em instituições de apoio a prostitutas/as de rua : perspectivas de técnicos e utentes* Tese de Mestrado, Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6212>

MOREIRA, Rodrigo Alves Pires Rodrigues (2009) *Prostituição de Rua: Um problema de saúde pública? Contributos para o seu estudo* Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7208>

MUIANGA, Baltazar Samuel (2009) *Risco e saúde no contexto do VIH/sida: o caso da prostituição na Baixa da Cidade de Maputo*, Lisboa: ISCTE, 2009. Tese de mestrado. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1499>

RODRIGUES, Renato Mori (2010) *Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho de prostitutas do centro de Salvador*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/pt/inicio.html>

SILVA, Fernanda Priscila Alves da (2010) *Cuidado junto às mulheres em situação de prostituição: processos pedagógicos e transformação social*. Tese de Mestrado, Escola Superior de Teologia, Brasil. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/pt/inicio.html>

SOARES, Nicole Rodrigues (2008) *Some considerations upon gender, class and prostitution in eighteenth-century England: Roxana; Or; The fortunate mistress by Daniel Defoe as a case study* Tese de mestrado, Estudos Anglísticos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: http://digitool01.sibul.ul.pt/R/SCK418A9JNHXEA5422R8GYBLJNVLV1Q8Y599AYHICF258A3VMC-00968?func=results-jump-full&set_entry=000003&set_number=000089&base=GEN01

Teses de doutoramento

COSTA, Eleonora Cunha Veiga (2007) *Avaliação da eficácia relativa de duas intervenções psicoeducativas dirigidas à prevenção da SIDA e promoção da saúde em mulheres com risco para o VIH*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Saúde, Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6742>

OLIVAR, José Miguel Nieto (2010) *Guerras, trânsitos e apropriações : políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. Tese de Doutoramento Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/pt/inicio.html>

RAGO, Luzia Margareth (1990) *Os prazeres da noite : prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)* Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://bdtdj.ibict.br/executarAcao.jsp?codAcao=3&codTd=192089&url=http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000050386>

RODRIGUES, Marlene Teixeira (2003) *Polícia e prostituição feminina em Brasília : um estudo de caso*, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasil. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/pt/inicio.html>

SARAIVA, Luís Júnior Costa (2009) *O renascer de Vénus: prostituição, trabalho e saúde em tempos de SIDA: (Belém-Brasil e Lisboa- Portugal)* Tese de doutoramento, Ciências Sociais (Antropologia Social e Cultural), 2010, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Disponível em : http://digitool01.sibul.ul.pt/R/SCK4I8A9JNHXEA5422R8GYBLJNVLV1Q8Y599AYHICF258A3VMC-00430?func=results-jump-full&set_entry=000002&set_number=000083&base=GEN01

Working papers

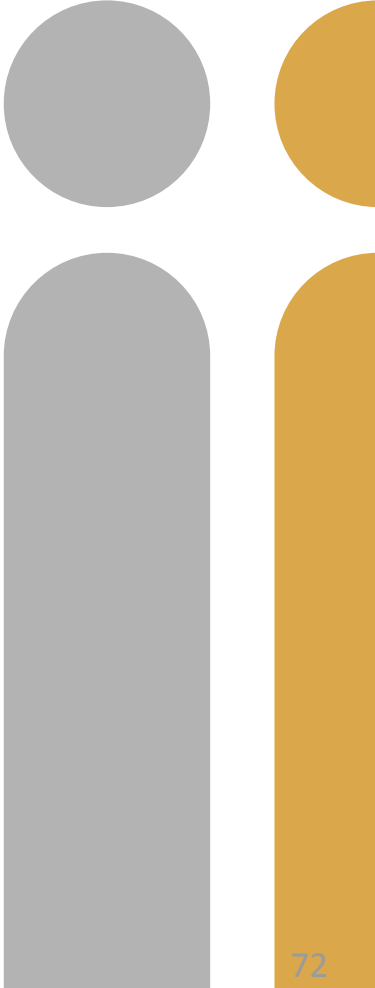
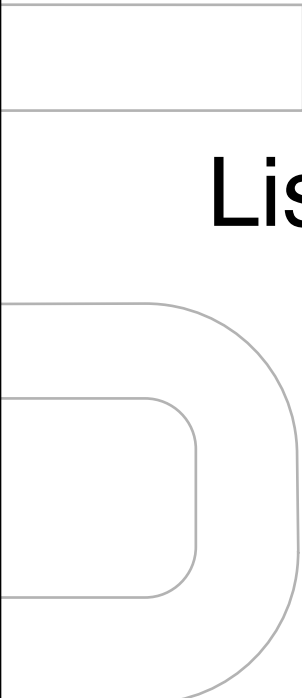
COELHO, Bernardo "Olhar os quadros que nos enquadram a visão: perspectivas teóricas sobre a prostituição e as prostitutas." Lisboa : CIES-ISCTE, 2009. (CIES e-Working Paper, 66). Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1481>

KELLEN, José van der (2005) "A investigação do auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexas a experiência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras". Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 5/2005 Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2003>

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima Pinto (2005) "Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: um fenómeno transnacional". Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 4/2005 Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2002>

SANTOS, Joana Correia dos - Pelas ruas da cidade. A prostituição na Baixa Lisboa. Lisboa: CIES-ISCTE, 2007. (CIES e-Working Paper, 21). Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/259>

Lista de siglas



APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAIM	Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão
CAP	Centro de Apoio e Protecção
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
DGAI	Direcção-Geral da Administração Interna
GNR	Guarda Nacional Republicana
GS	Guia de Sinalização
GUR	Guia Único de Registo
MAI	Ministério da Administração Interna
MSII	Modelo de Sinalização Identificação e Integração
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTSH	Observatório do Tráfico de Seres Humanos
PACNUCOT	Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Tradicional
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE	União Europeia
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime